



SETE PRINCÍPIOS PARA UM PRÓXIMO URBANISMO

Gislene Pereira e Fabiana Wütrich
[Organizadoras]

**SETE PRINCÍPIOS
PARA UM PRÓXIMO
URBANISMO**



SETE PRINCÍPIOS PARA UM PRÓXIMO URBANISMO

Gislene Pereira e Fabiana Wütrich
[Organizadoras]

Depósito legal junto à Biblioteca Nacional,
conforme Lei nº 10.994 de 14 de dezembro de 2004

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Luzia G. Kintopp - CRB/9-1535
Curitiba - PR

S495 Sete princípios para um próximo urbanismo [recurso eletrônico] / Organização de Gislene Pereira e Fabiana Wütrich. – Curitiba : Setor de Tecnologia da UFPR, 2018.
Recurso on-line : PDF; 2.000 Kb.

ISBN: 978-85-5780-011-3

Vários autores

1. Planejamento urbano. 2. Urbanismo. 3. Arquitetura e urbanismo. I. Pereira, Gislene. II. Wütrich, Fabiana. III. Título.

CDD - 711.4

IMPRESSO NO BRASIL/PRINTED IN BRAZIL

Ilustração da Capa

Robson Capretz

SUMÁRIO

- 7 INTRODUÇÃO
Gislene Pereira
Fabiana Wütrich
- 11 ALTERIDADE
Kelly Vasco
Lorraine Vaccari
- 29 DECOLONIALIDADE
Edival Vilar
Nisiane Madalozzo
- 41 DIVERSIDADE
Karime Fayad
Nádia Cibele Besciak
- 57 EXPERIMENTAÇÃO
Fernando Domingues Caetano
Júlia Helena Gesser
- 75 REFLEXÃO CRÍTICA
Marcelle Borges Lemes
Mônica Máximo

- 89 URBANISMO FEMINISTA
Karen Ferreira
Gleyton Robson da Silva
- 107 UTOPIA
Ana Cláudia Stangarlin Fróes
Adriana Igreja
- 123 OS AUTORES

INTRODUÇÃO

Princípios para um próximo urbanismo: o livro e os temas

Gislene Pereira¹
Fabiana Wütrich²

A ideia de pensar/refletir sobre princípios que devem nortear um próximo urbanismo é referendada por duas obras. A primeira, *Seis propostas para o próximo Milênio*, de Ítalo Calvino, e a segunda, *Os novos princípios do urbanismo*, de François Ascher, publicado originalmente em 2001, na virada do milênio.

A obra de Calvino é resultado de um conjunto de palestras que o escritor havia preparado para ministrar na Universidade de Harvard mas que, devido à sua morte prematura, não chegou a realizar. O tema central da obra: os valores literários que mereciam ser preservados no curso do próximo milênio.

1 Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, Doutora em Meio Ambiente de Desenvolvimento Urbano pela UFPR.

2 Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal do Paraná, Mestre em Geografia pela mesma universidade. Pesquisadora do Laboratório de Habitação e Urbanismo (LAHURB) do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPR e professora convidada do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano da UFPR.

O livro de Ascher, por sua vez, conscientiza do descompasso temporal entre as mudanças aceleradas da sociedade contemporânea e as lentas transformações na produção e gestão das cidades.

O ponto comum entre as duas obras citadas é o pensamento sobre o futuro, *o próximo milênio*, e de que forma se pode contribuir para a sua construção. Caminhando no mesmo sentido, este livro propõe um conjunto de temas urgentes, contemporâneos e, acima de tudo, ignorados ou pouco explorados pela realidade do planejamento e gestão das cidades brasileiras.

Os temas escolhidos: quais os caminhos para um próximo urbanismo?

Os artigos que compõem este livro foram elaborados pelos alunos da disciplina *Produção do Espaço na Cidade Contemporânea*, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), durante o ano de 2016.

A diversidade de autores, suas áreas de formação (Arquitetura e Urbanismo, Assistência Social, Geografia e Turismo) e suas respectivas experiências profissionais fizeram surgir um conjunto de temas, lançados para compor a agenda para um próximo urbanismo.

O leitor poderá notar que o fio condutor que une todas as propostas é a busca pela mudança do paradigma vigente de gestão e planejamento das cidades brasileiras. O modelo tecnocrata e generalista precisa ser superado, uma vez que não tem conseguido interferir nas cidades, que continuam segregando, excluindo e reproduzindo desigualdades socioespaciais. Os autores propõem, então, sete princípios para um novo urbanismo: *Alteridade*, *Decolonialidade*, *Diversidade*, *Experimentação*, *Reflexão Crítica*, *Urbanismo feminista* e *Utopia*.

Kelly Vasco e Lorreine Vaccari desenvolvem o tema **Alteridade**. A partir da afirmação de que a cidade é resultado de uma visão de

mundo que ignora a existência do que é diferente, as autoras discutem a possibilidade de se construir um novo urbanismo a partir do outro, ou seja, parar de planejar e gerir a cidade do “eu” e passar a planejar e gerir a cidade do “nós”.

Os autores Edival Vilar e Nisiane Madalozzo trabalham o princípio da **Decolonialidade**, como ferramenta para a construção de um novo urbanismo, centrado na história e realidade dos países do Sul, participativo e coletivo, em oposição à busca incessante de replicação das práticas de urbanismo realizadas nos países do hemisfério Norte. Para mostrar que tal mudança de paradigma é possível, os autores apresentam dois estudos de caso: Medellín (Colômbia) e Cidade Aberta de Valparaíso (Chile).

Karime Fayad e Nádia Cibele Besciak sugerem incluir o princípio da **Diversidade** nessa nova agenda. Partindo da definição de diversidade humana de Hegel, as autoras defendem a valorização do diverso na produção dos espaços urbanos; incluem também na discussão os conceitos de antropologia cultural e morfologia urbana, que permitem valorizar a diversidade dos seres humanos e suas relações com o espaço urbano.

Os autores Fernando Domingues Caetano e Júlia Helena Gesser tratam da **Experimentação**, ou urbanismo experimental, como prática para se subverter o planejamento tradicional, por meio de ações experimentais que explorem os sentidos e valorizem a vivência urbana. No texto, os autores buscam fundamentar a Experimentação como alternativa para o próximo urbanismo e também apresentam propostas que permitem vislumbrar sua implementação.

O texto das autoras Marcelle Borges Lemes e Mônica Máximo sugere o rompimento com a teoria crítica moderna, considerando a **Reflexão Crítica** como um princípio urbanístico necessário para romper o paradigma dominante. Com base em Lefebvre, Kant e Santos, as autoras apresentam argumentos que embasam a importância da Reflexão

Crítica para o próximo urbanismo, assim como apontam iniciativas que aplicam a crítica e a autocrítica permanentes como forma de promover a aproximação entre o conhecimento e a práxis urbana.

Os autores Karen Ferreira e Gleyton Robson da Silva propõem a discussão do **Urbanismo feminista**. A história da produção do espaço urbano e do urbanismo ao longo das últimas décadas tem deixado de lado as necessidades e proposições dos grupos de menor força política, exceto em casos pontuais ou de pressão popular. Dentro destes grupos encontram-se as mulheres, que, apesar de quantitativamente expressivas, possuem um histórico de invisibilidade nas soluções dos problemas urbanos. Através da proposição deste tema, os autores procuram apontar como o próximo urbanismo pode ser igualitário, a partir do atendimento de necessidades da mulher frente o espaço urbano.

Por fim, mas não por isso menos importante, a **Utopia** deve estar presente no planejamento das cidades. As autoras Ana Cláudia Stangarlin Fróes e Adriana Igreja apresentam uma reflexão sobre esse princípio, propondo-se a responder à seguinte questão: *Se a cidade é uma construção social, uma utopia urbana requer uma sociedade utópica?*

Ao finalizar este trabalho, espera-se que o leitor possa compartilhar o interesse em incluir esses princípios na construção da agenda de um novo urbanismo, consciente e conectado à realidade das cidades brasileiras.

ALTERIDADE

Kelly M. C. Mengarda Vasco

Lorraine Vaccari

Os outros lugares são espelhos em negativo.

O viajante reconhece o pouco que é seu

descobrimdo o muito que não teve

e o que não terá.

Ítalo Calvino

A cidade como causa e efeito da modernidade; originária da visão de mundo pautada pelos ideais do homem como sujeito portador de racionalidade (“eu” cartesiano) e liberdade; esse é o ponto de partida desse ensaio.

É possível afirmar que, atualmente, vivencia-se uma crise da modernidade e questionamento do paradigma civilizacional vigente, definido pela centralidade do indivíduo; do “eu”. O esgotamento deste paradigma, definido pelo homem moderno europeu, exige do urbanismo e, conseqüentemente do urbanista, o repensar a cidade. Nesse contexto, cabe, uma indagação: um urbanismo a partir do outro é possível?

Esse “outro”, por sua vez, possui costumes, tradições e representações diferenciados e é esse processo de diferenciação que permite a construção da identidade dos sujeitos, a qual se molda a partir da distinção entre “o que eu sou” e “o que eu não sou”. Do latim *alteritas*, alteridade é a condição de ser outro. O conceito de alteridade, portanto,

implica colocar-se no lugar desse “outro”, devendo ser utilizado para evocar o descobrimento da concepção do mundo e dos interesses de um “outro”. Nesse sentido, a construção da cidade além do “eu”, requer que o urbanista exerça seu papel de articulador/ educador a partir de práticas coletivas, definindo como objetivos do urbanismo a fruição da cidade e o bem-estar coletivo. É esse exercício da prática social da alteridade que permitiria desvelar a realidade de desigualdades e desequilíbrios, da cidade do “eu” e viabilizaria a construção de um novo urbanismo, pautado em relações solidárias e de reciprocidade social; o *Urbanismo a partir do outro*.

Alteridade: o Eu-Nós

De acordo com o antropólogo Gilberto Velho: “A noção de outro ressalta que a diferença constitui a vida social, à medida que esta se efetiva através das dinâmicas sociais. Assim sendo, a diferença é, simultaneamente, a base da vida social e fonte permanente de tensão e conflito” (VELHO, 1996, p.10). Ou seja, para Velho, todo indivíduo social é interdependente dos demais sujeitos de seu contexto social, isto é, o mundo individual só existe diante do contraste com o mundo do outro.

Para a Psicologia, a Alteridade é parte integrante do processo de formação psíquica do ser humano; a dimensão da relação com um outro é fundante do próprio sujeito. Ou seja, é através da interação social que o sujeito se constrói como indivíduo, confrontando-se com o mundo externo, já que ao se distinguir aquilo que não se é, também se determina aquilo que se é.

Para Zanella (2005, p. 103), Vygotski aborda constantemente o movimento em que interesses, vontades e desejos são produzidos nas relações cotidianamente e coletivamente vividas e que são subjetivadas, convertendo-se em diferença, em Alteridade. Para ele, cada pessoa é “um agregado de relações sociais encarnadas num indivíduo”, o que significa

que a existência do sujeito só é possível a partir de contextos sociais que, por sua vez, constituem resultado das ações desses sujeitos “que coletivamente organizam o seu próprio viver”.

A partir da assertiva de Vygotski, Zanella (2005) conclui que não há um “eu” originário, descolado dos outros, da realidade, enfim, do que o constitui como humano e como possibilidade de diferenciação. Cada pessoa descola aspectos da realidade a partir do que considera relevante; do que a emociona e mobiliza, constituindo modos de ser que são ao mesmo tempo sociais e singulares.

Como decorrência do debate científico-educacional nos anos 2000 no Brasil, e partindo de uma mesma matriz de pensamento, que busca afastar a noção de segmentação cultural, a Alteridade vem recebendo denominações diversas: educação multicultural, pedagogia do acolhimento, educação para a diversidade, educação intercultural, dentre outras.

Citando Panikkar, Sidekun (2006, p.59) afirma que a interculturalidade “é o lugar do diálogo do diálogo” e que o diálogo intercultural tem como pressuposto o reconhecimento da Alteridade e do direito de ser diferente. Para ele, dialogar com as culturas é, antes de tudo, aceitar o outro em seu contexto cultural e superar as divergências cultivadas pelos preconceitos.

O sujeito, compreendido como “eu” pensante, e a ideia de contingência constituem, segundo Fabri (2006), ao citar Waldenfels, as duas descobertas mais importantes da modernidade. Segundo ele, essas duas descobertas manifestam-se, de modo emblemático, na filosofia cartesiana, onde o “eu” se pensa antes mesmo de ser definido como alguém. O “eu” não é um homem que se compreende como parte de um todo, não é um indivíduo a quem se pode falar, mas um “eu penso” com todos seus pensamentos. Consequentemente, o sujeito é aquele que vivencia uma experiência que nenhum outro pode ter em seu lugar e, nesse caso, ele abre uma fenda no mundo natural e social. Tudo o que é outro, ou seja,

tudo o que está fora, permanece como que impensado e esquecido. A razão cartesiana elimina de sua perspectiva a existência do outro.

Dessa forma, a impessoalidade e a individualidade, características marcantes do mundo pós-moderno (contemporaneidade) geram como consequências negativas a discriminação, o preconceito, os estigmas, o ódio, a intolerância, seja ela, étnica, política, de gênero, entre outras, tornando a Alteridade palavra-chave para a superação de preconceitos e xenofobias.

Crise da Modernidade como crise da cidade e do urbanismo

Parte-se da ideia/princípio de que a cidade é causa e efeito da modernidade. Para isso, é fundamental esclarecer que a cidade aqui tratada é originária da visão de mundo que considera o homem como sujeito portador de racionalidade e liberdade.

Assim, a cidade aqui referida nasce como um subproduto do comércio, em uma Europa fechada pelas conquistas islâmicas (PIRENNE¹, 1973 apud SIGMORELLI, 2011) e a partir das necessidades de um novo conjunto social, que não tem mais lugar numa Europa Medieval (PERNOUD², 1949 apud SIGMORELLI, 2011).

Segundo Lefebvre (1999), as transformações da cidade - como espaço das relações sociais por excelência - estão fortemente relacionadas com os modos de produção. Inicialmente, no Ocidente, tem-se a cidade política; a *polis* da antiguidade clássica (Grécia), centro do poder dos homens livres, onde ocorria uma clara divisão social do trabalho: de um lado, sacerdotes, príncipes, chefes militares e escribas; de outro, artesãos, camponeses e escravos. Da mesma forma, ocorria uma divisão espacial do trabalho: praças, monumentos, palácios, em contraposição ao vasto território agrícola.

1 PIRENNE, H. História Econômica e Social da Idade Média. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

2 PERNOUD, R. As origens da burguesia: Publicações Europa-América, 1949.

A superação dessa cidade por outra se deu pelo desenvolvimento do comércio, atividade malvista e relegada aos “forasteiros” que faziam uso de espaços heterotópicos – locais distantes e isolados do centro. Entendidas como atividades “indispensáveis à sobrevivência”, a troca e o comércio levaram a uma luta de classes - comerciantes x senhores; possuidores e dominadores do território - transformando os comerciantes em classe hegemônica. A partir de então, a praça do mercado torna-se central, suplantando a praça da reunião, a Ágora: “Em torno do mercado, tornado essencial, agrupam-se a igreja e a prefeitura com sua torre ou seu campanário, símbolo de liberdade. Deve-se notar que a arquitetura segue e traduz a nova concepção da cidade”. (LEFEBVRE, 1999, p.20)

No século XIV, o “fetichismo da mercadoria aparece como reino da mercadoria, com sua lógica, sua ideologia, com sua língua e seu mundo”, consolidando a (ideia de) centralidade do mercado/ mercadoria/ mercadores para o surgimento de uma nova concepção de cidade, a cidade mercantil europeia. A partir desse momento, “a troca comercial torna-se função urbana” e faz surgir uma nova estrutura do espaço, a partir de formas arquiteturais e/ou urbanísticas (LEFEBVRE, 1999, p. 20-21).

É desse movimento de mercadores, movimento novo e nem sempre aceito, que nascem as cidades europeias mercantis. A cidade-burgo é expressão de uma nova classe; mostrando a hegemonia dos habitantes dos burgos sobre a aristocracia feudal, que não conseguia conter os avanços dos novos grupos econômicos e de sua visão de mundo.

A cidade contemporânea não é fruto da cidade antiga, mas é a externalidade final do burgo europeu e de seus habitantes: os burgueses. Contrariamente à “cidade antiga”, o burgo nasce ao redor de desejos e necessidades, e não de símbolos. Não há clã e nem tribo que as originem, mas homens deixam seus espaços vividos em busca da realização de seus negócios, encontrando-se

sempre com vários outros nas mesmas condições. (SIGNORELLI, 2011, p.18).

E assim, vai se constituindo o processo de ruptura com o mundo feudal e a consolidação de novos usos, costumes e necessidades. A maior ruptura dar-se-á ao longo dos séculos XVI e XVII, com a supremacia da individualidade e o nascimento da Modernidade. Descartes constrói, então, a visão de mundo que representará o “homem europeu do mercantilismo e das conquistas que, arvorando-se em único representante do humano racional encobre outras racionalidades divergentes ou contraditórias presentes no outro” (SIGNORELLI, 2011, p.25)

Diferentemente da cidade antiga, que tem sua origem associada ao coletivo habitado, a cidade moderna se molda a uma visão de mundo cujo único significado é a busca do ter, da propriedade. Daí a cidade como simulacro de mercadoria e como o lugar da produção e do consumo.

Nasce, então, o princípio do ordenamento urbanístico e da imposição da racionalidade:

O urbanismo reparte o espaço habitado entre o ser e o não-ser. Assume a radicalidade da individualidade e busca organizar o território, não a partir dos homens e mulheres que o constituem e lhe dão significado, mas a partir da anulação de todo e qualquer significado, a fim de que todos entendam o seu papel a ser desempenhado no mundo da mercadoria (SIGNORELLI, 2011, p.29).

Ao longo do século XX, apesar da ruptura com o mundo feudal e o nascimento da Modernidade a partir da descoberta do eu-racional, originário da cidade moderna, os questionamentos e dúvidas persistem e a racionalidade triunfante parece estar muito aquém do prometido.

“A cidade do Eu-Nós”: por um Urbanismo a partir do outro

Se atualmente é possível afirmar que se vivencia um momento de crise e questionamento do paradigma civilizacional vigente, pautado pela visão de mundo de uma classe em busca de si mesma e que a cidade constitui o *locus* ou a expressão concreta dessa visão de mundo, pode-se, então, entender essa crise da modernidade como a crise da cidade e do urbanismo do “eu”.

Como a modernidade e a cidade estão ligadas de forma indissolúvel, a crise da primeira leva a segunda a se perder na busca de seu sentido. A cidade está em contínuo movimento de construção e destruição, de projetos que lhe abrem vias e que fecham outras, de centros que se transformam em ruínas e de ruínas que desaparecem para se constituírem em aparências mais facilmente transformáveis em mercadorias. A cidade procura seu sentido buscando deixar de ser cidade para ser museu a céu aberto, como valor de troca turístico, ou demonstrando-se palatável ao capital que deixará outros espaços transformando-os em cemitérios para ocupar o espaço que este urbano lhe oferece. A cidade esconde e desinstala o feio, o sujo, num processo profilático, e instala o belo com todas as suas necessidades satisfeitas. Crescem os espaços exclusivos do Eu dos quais não se necessita sair, já que a residência, os espaços de trabalho, lazer e estudos dos filhos estão compartimentados no mesmo e exíguo projeto de vida. Não precisa ver o diferente de si mesmo, e nem mesmo o igual, já que sua vida se resume cada vez mais a cumprir tarefas que o mercado lhe destina, sem que para isso precise relacionar-se socialmente, a não ser que tais relações também agreguem valor de troca, mostrando-nos o acerto de Milton Santos quando nos diz que “os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em

aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros”³
(SIGNORELLI e NETO, 2012, n.p.).

Ora, diante da crise ou do esgotamento do modelo centrado no “Eu”, torna-se premente que o urbanismo e, portanto, o urbanista, repense criticamente as formas de construir a cidade e as políticas urbanas, indagando-se a respeito de como construir a cidade do “Nós”.

Signorelli e Neto (2012) defendem que, se por um lado, houve o esgotamento do “eu”, por outro, certamente haverá o surgimento de um outro sujeito: o “nós”. No processo de ultrapassagem da modernidade em crise, o urbanismo, entendido como disciplina que pode construir o espaço para a vida, deverá colocar-se a partir de um outro humano para construção do território do Eu-Nós.

Nesse sentido, o urbanismo tem papel fundamental na mudança de paradigma da cidade concebida como valor de troca, como mercadoria a serviço de um Eu particularizado e de uma racionalidade instrumentalizada pelo capital, pelo mercado. “Assim, o urbanismo, em seu fazer de ofício dirige-se à prática da construção do espaço também como valor de uso, no sentido não de uso de um Eu solipsista e individualista, mas de um Eu que não exista sem o Nós” (SIGNORELLI E NETO, 2012). A cidade, a partir de outro urbanismo, deve ser pensada como espaço de convivência, um espaço com significados, com histórias. Em outras palavras, em relação ao espaço construído, a prática urbanística a partir do outro exige que o espaço seja pensado como “instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado”. (SANTOS⁴, 2009 apud SIGNORELLI e NETO, 2012)

3 SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. 6ª Ed. São Paulo: Edusp, 2008, p. 33. (Coleção Milton Santos)

4 SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. 5 Ed. São Paulo: Edusp, 2009, p. 36.

O urbanismo deve, portanto, buscar justamente o equilíbrio entre o “eu” (individualismo) e os “nós” (coletivismo) a partir do reconhecimento e da prática/exercício constante da alteridade e, portanto, da inclusão do outro. É necessária uma apreensão, uma apropriação de expectativas e interesses que são diversos para que, a partir disso, o urbanista possa verdadeiramente exercer o seu papel de articulador.

O urbanismo é vital para a proposição de outro projeto para a sociedade, para o espaço e para o homem, que considere o lugar como o resultado da vida, como espaço vivido, plasmado por seres humanos que o vivem como valor de uso, e não apenas reduzido a mero valor de troca. É nesta proposta que se pode permitir pensar o novo, o novo mundo, a nova história, as novas relações sociais onde o Eu desce de seu pedestal e procura o outro para construir o necessário Eu-Nós. (SIGNORELLI e NETO, 2012)

Uma Prática Social para Alteridade

Conforme Signorelli e Neto (2012), o urbanismo, seguindo a visão de mundo da cidade como mercadoria, não será outra coisa senão agente da construção ou interpretação do espaço construído a serviço do capital e de sua ampliação, valorizando a propriedade e, a partir dela, definindo quem utiliza os espaços das cidades e com quais finalidades.

A consolidação de um novo paradigma, segundo Signorelli e Neto (2012), parte de uma nova racionalidade, de uma nova visão de mundo constituída de novos sujeitos históricos, de suas aspirações e necessidades, que instituirá um novo olhar sobre o Eu e suas relações, sobre novos valores e sobre a própria cidade.

No processo de construção do novo, no pensar sobre a cidade que se quer, o urbanismo deverá colocar-se a partir de um outro humano, que

se constrói não a partir da determinação-opressão do Eu cartesiano, mas da relação dialógica Eu-Nós, um urbanismo que ultrapassa a dependência do Eu que TEM, para o outro que quer SER. (SIGNORELLI e NETO, 2012).

Nesse sentido, o território do Eu-Nós, baseado no valor de uso definido coletivamente, requer que o urbanista atue a partir do exercício de práticas coletivas, definindo como objetivo principal a fruição da cidade e benefícios coletivos, onde prevaleça aquilo que tem significado para a vida das pessoas.

Assim, a escuta qualificada das dificuldades vivenciadas por estes sujeitos urbanos (cidadãos-citadinos), permite revelar as contradições vividas no uso do espaço, as quais podem auxiliar a definir, em conjunto com os sujeitos, os limites explicativos, as ações a serem planejadas, implementadas e avaliadas com criticidade. Não há como construir uma cidade humana, solidária e democrática se não há o desvelamento da contradição entre o *Ser* e o *Ter*, entre o valor de uso e o valor de troca, entre o eu e o nós, entre as desigualdades de acesso e o direito à cidade.

É esse exercício, da liberdade praticada por todos na construção da cidade enquanto território do Eu-Nós, que precisa ser reforçado, como prática dialógica, educativa, formativa e crítica para a Alteridade. Isso possibilitaria a retomada do conhecimento pautado nos valores humanos, necessários para orientar o cidadão a sobrepujar o conhecimento de uso utilitarista e fragmentado e constituir um pensamento crítico, de confrontação e análise. Para superação do modelo vigente, são necessárias práticas sociais pautadas em um paradigma de construção da cidadania, pois todo processo educativo faz parte da dialética da vida humana que, por sua vez, está vinculada a experiências de aprendizagem e, como base da formação humana, pode desenvolver sociedades plurais, democráticas, com respeito à diversidade, às diferenças e ao diferente. (PEREIRA, 2006)

Nesse sentido, a construção coletiva do conhecimento começa com a prática do diálogo em nível local, que tende a propiciar a autonomia,

a consciência e a participação cooperativa, permitindo, assim, construir, através do diálogo, alternativas de intervenção sobre os temas geradores de dificuldades e necessidades na vida urbana.

O diálogo tem como pressuposto o reconhecimento da Alteridade e do direito de ser diferente, aceitando-se o outro em seu contexto cultural e superando as divergências cultivadas pelos preconceitos. (SIDEKUN, 2006).

Aprender a pensar a Alteridade é sinônimo de aprender a pensar sobre a diversidade pessoal e coletiva, histórica e cultural, visando a construção de uma Cidade do Eu-Nós. Nesse sentido, a metodologia dialógica de Paulo Freire possibilita o enfrentamento da cultura da dominação por meio da mudança da percepção do mundo opressor pelos que são oprimidos e pela expulsão dos mitos desenvolvidos nessa estrutura opressora. (FREIRE, 1987) Esse diálogo, que é circular, vai assumindo, criticamente, o dinamismo de sua subjetividade criadora e, coletivamente, reelabora e reconstrói o mundo, revelando que, embora construído por todos, esse mundo não é verdadeiramente para todos. Reflexivamente, retoma-se o movimento da consciência que constituiu os indivíduos como sujeitos e emerge o mundo vivido, como movimento dialético da totalização histórica. (FIORI, 1987)

Na busca das compreensões e intervenções sobre a realidade concreta, os diferentes sujeitos envolvidos, por meio de interação dialógica, investigam, problematizam, sistematizam, constroem conhecimentos críticos, planejam, avaliam e realizam ações que incidem na realidade. Os momentos desse processo dialógico não podem ser compreendidos como estanques e dissociados, mas como referências na articulação e organização do diálogo entre conhecimentos na *práxis* emancipatória. Esses momentos, que são circulares como expressado por Fiori, compõem o Ciclo de Aprendizagem, cuja essência é a formação política (FIGURA 1).



FIGURA 1: Ciclo Adaptado do quadro com os Momentos Metodológicos da Educação Freireana
 Fonte: SILVA (2007), adaptado pelas autoras.

O Ciclo de Aprendizagem compreende a busca constante, coletiva e histórica de sistematizações que levem a uma participação sociocultural crítica, em que o diálogo entre saberes se estabelece em movimentos sucessivos de *avaliação, superação e reconstrução*. O valor central desse processo de aprendizagem é a autonomia dos sujeitos, enquanto gestores dos seus próprios destinos. O Ciclo de Aprendizagem tem início com o diálogo e a escuta qualificada dos sujeitos, para contextualização da realidade local e investigação e análise das dificuldades vivenciadas. A tarefa do urbanista dialógico, trabalhando em equipe interdisciplinar, é recolher o universo temático da investigação e devolvê-lo, como problema, não como dissertação, aos sujeitos de quem recebeu. Ou seja, o saber

coletivo é organizado, acrescido de conhecimentos científicos, associado a outros temas, contextualizado no tempo e no espaço e, em conjunto com os sujeitos, utilizado como base para planejar ações concretas que busquem a superação das situações-problema.

No Ciclo de Aprendizagem pode-se observar que o diálogo começa com a Escuta Qualificada e *Análise das dificuldades* vivenciadas pelos sujeitos/comunidade, ou seja, pela busca do conteúdo que vai ser pesquisado de forma coletiva, com a participação de todos e a mediação, articulação e estímulo do urbanista.

A *Análise das dificuldades* vivenciadas pelos sujeitos/comunidade é feita a partir da situação concreta, presente, existencial que deverá ser problematizada e apresentada como um desafio, com potencial para ser superado através da reflexão e ação (*práxis*), construindo um conteúdo programático que precisa, portanto, estar associado aos verdadeiros anseios, dúvidas, esperanças e temores desses sujeitos.

A *Investigação Temática* é a busca dos temas geradores dos problemas vivenciados, por meio de pesquisa-ação coletiva baseada em um processo de busca de conhecimento e de construção e interpretação dos problemas a partir do encadeamento dos temas significativos pelos próprios sujeitos. (FREIRE, 1987, p. 100). Portanto, provém do próprio pensar dos sujeitos e da relação entre eles e deles com o mundo.

Na *Investigação Temática* ocorre a Codificação ou Seleção de falas significativas, que se referem às temáticas significativas, sendo feita em diálogo, objeto de reflexão coletiva, num processo de investigação cada vez mais aprofundada, num “ir e vir”, buscando aproximação com a totalidade. Assim, a investigação se fará tão mais pedagógica quanto mais crítica e tão mais crítica quanto mais não se perder nos esquemas estreitos das visões parciais, “focalistas” da realidade, fixando-se na compreensão da totalidade. (FREIRE, 1987, p. 100).

A investigação da temática envolve a investigação do próprio pensar do povo, portanto não pode ser feita sem ele, mas com ele, como sujeito de seu pensar. “E se seu pensar é mágico ou ingênuo, será pensando o seu pensar, na ação, que ele mesmo se superará [...] E a superação não se faz no ato de construir ideias, mas no de produzi-las e de transformá-las na ação e na comunicação”. (FREIRE, 1987, p. 101).

Para que essa comunicação seja eficiente é preciso conhecer as condições estruturais em que o pensar e a linguagem da comunidade, dialeticamente, se constituem. O momento de buscar o conteúdo programático na realidade mediatizadora ocorre quando se inaugura o diálogo como prática de liberdade.

Esta investigação requer uma metodologia dialógica e, portanto, conscientizadora, que proporcione, ao mesmo tempo, a apreensão dos temas que geram as dificuldades vivenciadas e a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos. É nesse momento que a cidade do Eu começa a ser ultrapassada para a cidade do Nós, pois os sujeitos se reconhecem nas dificuldades e necessidades de Ser, nas aspirações e desejos de fruição dos espaços da cidade que precisam fazer sentido em suas vidas.

Para alcançar a cidade do Nós, um novo urbanismo precisa partir da condição de vida das pessoas, buscando a superação das situações limite em que os sujeitos se acham quase coisificados. A sistematização é o esforço do urbanista de organizar com os sujeitos as dimensões significativas de sua realidade, cuja análise crítica lhes possibilite reconhecer a interação de suas partes, permitindo que as dimensões significativas, que são constituídas de partes em interação, sejam analisadas e percebidas pelos indivíduos como dimensões da totalidade.

É na *Apreensão Crítica* que as situações limite e os modelos explicativos de tais limitações são tratados, de forma que o conhecimento

passa a ser apreendido criticamente. A *Apreensão Crítica*, a partir da captação e compreensão, se refaz, reconstruindo o universo significativo dos sujeitos e possibilitando uma nova postura, também crítica, em face de situações limite.

A partir dessa sistematização e apreensão crítica, é possível definir o ponto de partida (gerador dos demais) que é significativo e faz sentido para a vida do coletivo, e a partir do qual se delinea o *Plano de Ação*.

O *Plano de Ação* definirá o conjunto de soluções a serem implementadas para superação dos problemas identificados coletivamente. A depender da problemática, as intervenções poderão ser realizadas ou iniciadas de forma imediata pelos próprios sujeitos, que, por sua vez, também definirão estratégias de organização coletiva e reivindicativa junto ao Estado e à Sociedade.

Após a implementação, tem início a fase de *Avaliação*, que permite que outras dificuldades vivenciadas sejam levantadas, num novo ciclo de aprendizagem e de formação política.

Assim, a prática social da Alteridade com base na educação Freireana é um exercício e processo contínuo que possibilita retomar sistematicamente o ciclo de aprendizagem e formação política, por meio da realimentação do processo dialógico, que gera nova investigação, problematização, apreensão crítica e plano de ação. Estes, por sua vez, possibilitam a construção e a interpretação do espaço da cidade, de forma a atender ao sentido da vida coletiva, apresentando-se como resultados e busca da cidade do “Nós”.

A partir do outro, da coletividade e, portanto, da ressignificação da relação “Eu-Nós” é possível pensar e construir a cidade como espaço de inclusão, vislumbrando outros desenhos, metodologias e estratégias para a construção do *Urbanismo a partir do outro* e da cidade como espaço de todos.

REFERÊNCIAS

FABRI, M. Harmonização e Estranhamento: a Proposta de uma Fenomenologia Responsiva. In: TREVIZAN, A. L; TOMAZETTI, E. M. (Orgs.). **Cultura e Alteridade: Confluências**. Ijuí, Rio Grande do Sul, 2006.p. 73-79. Disponível em <http://coral.ufsm.br/gpforma/livrocultura.pdf> Acesso em 11 de julho de 2016.

FERNÁNDEZ, A. B. M. De la Filosofía de la Alteridad a la Ética de la Convivencia Ciudadana. In: TREVIZAN, A. L; TOMAZETTI, E. M. (Orgs.). **Cultura e Alteridade: Confluências**. Ijuí, Rio Grande do Sul, 2006.p. 163-173. Disponível em <http://coral.ufsm.br/gpforma/livrocultura.pdf> Acesso em 11 de julho de 2016.

FIORI, E. M. Aprender a dizer a sua palavra. In: FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Prefácio pag. 9-21.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

LEFEBVRE, H. Da Cidade à Sociedade Urbana. In: LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Editora UFMG, Belo Horizonte, 1999.

HARVEY, D. Valor de Uso, Valor de Troca e a Teoria do Uso do Solo Urbano. In: HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARINHO, C. **Ainda é possível acreditar em alteridade?** Disponível em <http://causasperdidas.literatortura.com/2014/09/18/ainda-e-possivel-acreditar-em-alteridade/> Acesso em 09 de julho de 2016.

PEREIRA. M. A. Em foco: educação, mercado, cultura e políticas públicas. Cultura. In: TREVIZAN A. L; TOMAZETTI, E. M. (Orgs.). **Cultura e Alteridade: Confluências**. Ijuí, Rio Grande do Sul, 2006. p. 221-226. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/gpforma/livrocultura.pdf> Acesso em 12 de julho de 2016.

VELHO, G. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1996.

SIDEKUN, A. Cultura e Alteridade. In: TREVIZAN A. L; TOMAZETTI, E. M. (Orgs.). **Cultura e Alteridade: Confluências**. Ijuí, Rio Grande do Sul, 2006. p.52-63. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/gpforma/livrocultura.pdf> Acesso em 12 de julho de 2016.

SIGNORELLI, C. F. **O urbanismo a partir do outro**, 2011, 126 p. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo. Disponível em <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/99>. Acesso em 10 de julho de 2016.

SIGNORELLI, C. F. e NETO, M. L. da S. Por um urbanismo a partir do outro. **Arquitextos**, 2012. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.140/4199> Acesso em 09 de julho de 2016.

SILVA, A. F. G. **A busca do Tema Gerador na Práxis da Educação Popular**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

ZANELLA, A. V. **Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural**. 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000200013 Acesso em 09 de julho de 2016.

DECOLONIALIDADE

Edival Vilar
Nisiane Madalozzo

Historicamente, tem-se tratado os países do Sul como provenientes de um sistema colonial de dominação e dependência. No entanto, existem características únicas nesses países que justificariam uma mudança de perspectiva, a partir da valorização de suas realidades. Este ensaio busca discutir o processo da colonialidade do poder e da subalternidade a que os países e povos do Sul têm estado sujeitos. Considera-se que isso é necessário para que se possa pensar um urbanismo, uma sociedade e uma cidade Decoloniais, a partir de novas bases epistemológicas, teóricas e políticas, que renovem criticamente o urbanismo do Sul.

Colônias do Sul rumo à Decolonialidade

Ao estudar a perspectiva da subalternidade colonial enquanto pensamento fronteiriço, não se pode ignorar o ponto de vista da modernidade, nem permitir sua prevalência, ainda que este pensamento moderno seja de esquerda ou progressista. O pensamento fronteiriço é aquele que afirma o espaço do pensamento negado pela modernidade, de esquerda ou de direita (MIGNOLO, 2003, p. 52).

Imersos no mundo, é preciso um esforço consciente para reordenar os fatos históricos em novas disposições, possibilitando outras leituras e interpretações. Na obra de Aníbal Quijano obtém-se, através de um olhar

antropológico, a construção do conceito de “colonialidade do poder”. SEGATO (2013) se refere a este conceito nos seguintes termos:

É importante advertir que, apesar de ser concebida a partir de um olhar latino-americano, e ainda que reconfigure o discurso da história das relações da América na estrutura de poder mundial, esta perspectiva histórica não apenas se refere à América Latina, mas também ao conjunto do poder globalmente hegemônico (SEGATO, 2013, p. 36, tradução dos autores).

Nas ideias de Segato, compreende-se a estrutura social e política do mundo, com sua divisão entre centro e periferia. Tal centralidade, tomada primeiramente a partir de uma perspectiva europeia, teve seu eixo deslocado em direção aos Estados Unidos após a 2ª Guerra Mundial. Ainda assim, o referencial para o mundo ocidental tem se mantido no hemisfério Norte.

Mignolo (2008) identifica o início da modernidade, e do que chamou de colonialidade, com a descoberta da América. O novo território tornou-se um contraponto: uma espécie de espelho que permitiu à Europa sua autocompreensão enquanto ‘Velho Continente’ e superioridade cultural e econômica. Também para os *nativos*, a noção de superioridade e discrepância foi sendo construída historicamente, ficando os europeus brancos e dominadores em posição quase equiparável à dos deuses - aliada à profecia asteca que relacionava os espanhóis ao retorno do deus Quetzalcoatl, conforme lembra Vainer (2014).

Nas palavras de Dussel¹ (1994 apud VAINER, 2014, p. 52), “(...) modernidade é um projeto que nunca pode ser completo, uma vez que ela é impossível sem colonialidade” [tradução dos autores]; de sorte que

1 DUSSEL, E. 1492: *El encubrimiento del Otro: Hacia el origen del ‘mito de la modernidad’*. La Paz: Plural Editores, 1994.

sua replicação estaria vinculada, portanto, à perpetuidade de um sistema de exploração apenas implícito. Nos rumos da história americana, o processo de *colonização* contou com suficientes esforços para abafar as características culturais e epistemológicas dos povos preexistentes; seus princípios foram gradativamente substituídos pelos de outro grupo cultural, então compreendido como superior - princípios centrados no homem branco europeu, cristão, capitalista e heterossexual (MIGNOLO, 2008; SEGATO, 2013; DELGADO e RUIZ, 2014; VAINER, 2014). Essa colonialidade consolidou-se e vem sendo perpetuada até os dias atuais, nas muitas instâncias do conhecimento e da prática humana e, consequentemente, urbana.

Foi, em parte, a noção da superioridade do Norte que levou ao aceite da comercialização de outros seres humanos, ficando o desenvolvimento de cidades a cargo da exploração, em todos os sentidos que se possa imaginar (VAINER, 2014). Ainda atualmente, pode-se dizer que há uma balança que confere pesos diferentes a vidas humanas, de acordo com sua cor, classe, credo ou distribuição geográfica no planeta – a colonialidade de séculos vem se arrastando, modificando-se e influenciando as relações humanas e políticas de diversas formas. Para Mignolo (2008, p. 293), a “perpetuação da lógica da colonialidade” também implica na “apropriação massiva da terra (e hoje dos recursos naturais), a massiva exploração do trabalho (da escravidão aberta do século dezesseis até o século dezoito, para a escravidão disfarçada até o século vinte e um).”

Sob a ótica ambiental, esta questão transparece no conceito de “pegada ecológica” criado por Rees² (1992 apud MARTINE, 2007), que trata da pressão de determinadas populações sobre os recursos do planeta. Sob o ponto de vista da pegada ambiental, “a Índia e a China

2 REES, W. E. Ecological footprints and appropriated carrying capacity: what economics leaves out. In: **Environment and Urbanization**, v. 4, n. 2, p. 121-130, 1992.

não seriam consideradas superpovoadas, mas a maioria dos países da Europa ocidental [de dez anos atrás] e os Estados Unidos estariam em tal categoria” (MARTINE, 2007, p. 182-183).

Ainda, a evolução dos meios de transporte e das tecnologias de informação e comunicação (ASCHER, 2010, p. 65-67) não possibilitou apenas a redução das distâncias no nível local, mas a reprodução de um modelo de exploração do trabalho em nível mundial: a espoliação urbana anunciada por Kowarick (1979) ganha dimensões globais. Os países periféricos e pobres fornecem matérias-primas e mão de obra barata; os países centrais consomem mais recursos naturais do que os que lhes são disponíveis e concentram capital; e as relações comerciais são tratadas por meio de acordos internacionais, cujas regras são estabelecidas através de uma relação desproporcional de forças.

Numa escala abrangente, notam-se claramente os efeitos da colonialidade no fazer político-econômico das cidades atuais. Este mesmo raciocínio pode ser utilizado em diferentes escalas, indicando que a noção de colonialidade se repete da mesma forma, como fractal: num mesmo país, pode haver estados fornecedores de matéria-prima e estados consumidores; numa mesma região metropolitana, pode haver cidades mais prósperas do que outras, cidades dormitórios; num mesmo município, bairros ou distritos com maior ou menor concentração de renda e capital. Como adverte Maricato (2013, p. 168), “o espaço urbano não é apenas um mero cenário para as relações sociais, mas uma instância ativa para a dominação econômica ou ideológica”.

É preciso reconhecer este mecanismo global de ênfase constante no Norte, e suas implicações, para que se possa trabalhar na mudança. Entretanto, nas palavras de Vainer (2014), fazendo eco às reflexões de pensadores como Aníbal Quijano ou de Walter Mignolo, não se trata de buscar a substituição de uma epistemologia do Norte por uma epistemologia do Sul; não é a troca de uma centralidade por outra, nem

a busca por uma outra centralidade: não é o discurso do “ou”, mas o discurso do “e”.

Este pensamento da aceitação das diferenças, da inclusão, das múltiplas possibilidades não limitantes, também é chamado de princípio *decolonial* - e a cidade, por populosa e efervescente, é um dos poderosos laboratórios na ferramenta da Decolonialidade.

De fato, a cidade tem os ingredientes para promover o chamado *giro decolonial*, e este se apresenta, enquanto necessidade, para que se promova definitiva melhoria na qualidade de vida dos habitantes do Sul. Mais do que a racionalidade e a funcionalidade modernistas, pode-se dizer que o que se busca para o próximo urbanismo é a possibilidade de evoluir olhando para dentro de si: não mais para os padrões e exemplos internacionais, mas para cada quadra e residência da cidade, buscando enxergar, não parâmetros construtivos e estatísticas, mas poesia, sutilezas e vidas humanas.

Inspirando-se em Calvino, como Marco Polo descrevendo Zaira a Kublai Khan:

Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado (...). (CALVINO, 1990a, p. 14).

É dessa cidade que trata o princípio da Decolonialidade. Aquela que, com paixão, defende Calvino: “Outro símbolo, ainda mais complexo, que me permitiu maiores possibilidades de exprimir a tensão entre racionalidade geométrica e emaranhado das existências humanas, foi o da cidade”. (CALVINO, 1990b, p. 85).

Outro autor que contribui para a discussão sobre Decolonialidade é Lefebvre (2002), quando discorre acerca dos motivos que levam à falência das tentativas de intervenção urbana. Para Lefebvre, a distância entre projeto e execução costuma implicar em reivindicação, em contestação. Ora, essa contestação, traduzida como a defesa de uma participação efetiva nas decisões da *práxis* urbana, é diretamente proporcional ao que se conhece por democracia urbana. A ausência de contestação demonstra a passividade, bem como a ausência da democracia urbana; a apatia dos cidadãos nas cidades latinas do Sul muito revela a forma como se vem praticando urbanismo. Lefebvre defende ainda que a única forma de constituir o conhecimento do fenômeno urbano enquanto ciência é através da formação consciente de uma *práxis* urbana. Essa *práxis* só funcionará se estiver perfeitamente relacionada à prática cotidiana dos cidadãos – se houver uma inversão dos níveis e escalas de ação e de compreensão, e se o nível das relações humanas for colocado em primeiro plano para a elaboração das políticas públicas e ações de gestão.

Enquanto a prática social estiver subordinada àqueles que dela se apoderam através de aparelhos do Estado, haverá barreiras para a prática da sociedade urbana e a constituição da democracia urbana (efetiva, concreta, desenvolvida). A estratégia do conhecimento deve considerar as estratégias políticas, mas não se submeter a elas. É nesse sentido, da participação e da criação coletiva, do olhar para a própria realidade, e não para os exemplos forasteiros, que se pretende, aqui, dar início ao urbanismo Decolonial.

São apresentados a seguir dois estudos de caso inovadores e com bons resultados, que tem como guia fundamental o conhecimento e protagonismo das questões locais. Servirão de ilustração daquilo que se imagina como Urbanismo Decolonial,

O primeiro caso é a cidade de Medellín (Colômbia). Trata-se de uma cidade latina tipicamente segregada, com grande variação no preço

da terra e maltratada pela histórica luta com o tráfico de drogas. Durante muito tempo, foi caracterizada pela existência de áreas bem-dotadas de infraestrutura e outras totalmente precárias – fato comum na realidade das cidades do Sul.

Uma das grandes intervenções públicas desenvolvidas foi a divisão territorial, com a criação de um sistema tributário variável (MASIERO, 2016), onde 70% da população recebe subsídios em tarifas de serviços públicos, de acordo com sua localização espacial. O diferencial dessa proposta vem a ser a forma de gestão que se implantou para garantir a continuidade e o sucesso da fórmula. Além disso, para reduzir a autonomia do poder público no que se refere ao direcionamento de investimentos, a própria população decide onde será aplicada a renda arrecadada pela cidade.

Apesar da segregação socioespacial e da má distribuição de renda presentes nas cidades tratadas aqui como ‘cidades do Sul’, o exemplo de Medellín mostra que por meio da cooperação da população, e da autonomia dos grupos sociais na *práxis* urbana, pode-se chegar a resolver de maneira definitiva e menos conflituosa problemas urbanos típicos dessas cidades. Ainda para Masiero (2016, p. 2), “o principal efeito deste sistema é ... o estabelecimento da noção de coletividade, de forma que a elite assume suas responsabilidades independentemente de ideologias políticas e de perfis de governantes”.

É nesta mesma lógica que outros projetos se desenvolveram em Medellín. As decisões de implantação dos sistemas de transporte, dos atrativos urbanos e dos equipamentos partiram, primeiramente, de uma análise local detalhada e criteriosa. Enquanto a cidade se expandiu num processo de ocupação linear, ao longo do Rio Medellín, as escarpas das montanhas tornaram-se as áreas pobres. A declividade, aliada às más condições das edificações e da infraestrutura, levaram à formação gradativa de bairros isolados, desconectados e irregulares em mais da

metade do território urbano. Ora, se as condições geográficas foram assim determinantes para todo o processo de produção daquelas edificações, como um projeto de revitalização poderia deixar de lado tais condições?

Além de contar, portanto, com o apoio e participação ativa da população, e de propor soluções focadas no nível local de intervenção, Medellín se destaca pela injeção de alta tecnologia e pela qualidade arquitetônica das intervenções nos pontos mais pobres da cidade. Dos sistemas de cabos implantados para o transporte nos declives, à localização de cada um dos sofisticados equipamentos urbanos, aprendem-se lições acerca de onde investir e que pontos priorizar na gestão da cidade. Os maiores investimentos têm ocorrido justamente onde eles são mais necessários – contrariamente à prática de concentração de investimentos em bairros abastados – permitindo que equipamentos de impecável qualidade sejam destinados à população que realmente precisa deles.

O principal resultado deste processo é o reconhecimento do sucesso das intervenções pelos habitantes locais (MASIERO, 2016). Em Medellín, não há priorização dos espaços para turistas ou visitantes esporádicos; as escolas, obras de arte, veículos de transporte coletivo – tudo foi proposto pelos moradores e para os moradores, que passaram a realizar o que Lefebvre classificaria de prática cotidiana nos espaços públicos urbanos.

Segundo o idealizador do projeto, Sergio Fajardo, os pilares políticos da transformação são: combate irrestrito à corrupção, transparência total nas decisões, participação da sociedade, prioridade à cultura e educação, e ‘o melhor para os mais pobres’” (MASIERO, 2016, p. 9). Com planejamento participativo, intervenções de alta qualidade técnica e pensamento a longo prazo, ocorreu uma transformação social, cultural, política; e não apenas urbanística.

Outro caso relevante a ser apresentado aqui consiste na Cidade Aberta de Valparaíso, iniciada entre os anos 1960 e 1970. Segundo Segre

e Espósito (2016), trata-se de uma diferente experiência de ensino. No entanto, assim como em Medellín, também foi necessária a criação de uma vida comunitária para o sucesso do projeto. Neste caso, a relevância foi colocada na relação entre docentes e acadêmicos, dentro da Escola de Arquitetura e Desenho da Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso, no Chile.

Tendo como um dos objetivos a descoberta, pelos alunos, dos contrastes, especificidades e das riquezas arquitetônicas de Valparaíso, a regressão à identidade da América original – aquela anterior à colonização – era o caminho possível para que houvesse pleno contato dos acadêmicos com o objeto de estudo (SEGRE e ESPÓSITO, 2016).

O grande desafio foi a criação de espaços públicos – denominados ágoras, que sugerem o diálogo e a poesia. Foi definido que “todas as construções iriam pertencer à comunidade - inclusive as residências individuais -, e que as obras seriam desenvolvidas pelos professores e alunos, com os precários recursos disponíveis e os materiais locais” (SEGRE e ESPÓSITO, 2016, p. 2). Aboliu-se a prancheta, incluíram-se novas disciplinas, num espaço onde os alunos ouviam:

(...) poetas e visionários, fundindo as artes e as ciências, e preconizando uma formação global, não especializada, para o arquiteto, que deixaria de ser um simples produtor de máquinas de morar para se tornar um organizador do estar do homem no mundo, em todas as suas dimensões (OMAR, 1994, p. 205).

A prática da arquitetura também deixou de ser uma justaposição de elementos industrializados, para se tornar uma reflexão profunda sobre a utilidade e versatilidade de cada elemento arquitetônico e seus materiais.

O caso da Cidade Aberta ganha força e perspectiva a partir do momento em que se percebe que as escolhas feitas para a formação de profissionais interventores na cidade, e na vida urbana, também são

importantes e estratégicas enquanto políticas de construção do novo ambiente urbano que se deseja para as próximas décadas. No caso de Medellín, os espaços de uso público – ainda que em menor escala e diferente grau de influência na vida urbana – demonstram princípios que podem ser usados como base para um Urbanismo Decolonial.

Considerações Finais

Como conclusão deste ensaio, a seguir apontam-se, resumidamente, os princípios considerados condutores de um novo urbanismo, para que a experiência das próximas décadas possa ser de impulso à Decolonialidade.

1. **Autonomia e participação cidadã.** Não basta permitir que a população envolvida opine; ela deve fazer, decidir, gerir. É com a adoção das ideias pelo grande grupo que elas tomarão forma e realidade;
2. **Pensamento longo: a longo prazo, a altos custos.** É possível, mesmo em realidades periféricas, atingir objetivos aparentemente inalcançáveis, quando pensados de forma estratégica e coletiva;
3. **Olhar para o local, no que se refere à natureza, às pessoas e às necessidades.** Não basta buscar soluções técnicas possíveis ou replicar conhecimento adquirido. Olhar para si, ignorando referentes externos, deve ser a luta constante do fazer urbanístico Decolonial;
4. **Foco onde realmente se faz necessário.** Investir pesadamente nos pontos de maior fragilidade e não perpetuar a lógica segregatória presente nas cidades do último século;
5. **Gestão.** Antes, durante e depois da intervenção.

REFERÊNCIAS

- ASCHER, F. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990a.
- _____. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990b.
- DELGADO, Y. F.; RUIZ, A. M. Hacia una teoría urbana transmoderna y decolonial: una introducción. **Polis** [En línea], 37 | 2014. Publicação: 07 maio 2014. Disponível em: <<http://polis.revues.org/9891>>. Acesso em: 01 Jun. 2016.
- KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- MARICATO, E. As ideias fora de lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- MARTINE, G. **O lugar do espaço na equação população / meio ambiente**. R. bras. Est. Pop. São Paulo, v. 24, n. 2, p. 181-190, jul./dez. 2007.
- MASIERO, E. **Medellín: Onde os fracos não têm vez**. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/09.099/5552>> Acesso em 27 de julho de 2016.
- MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade política. **Cadernos de Letras da UFF**, [S.l.], n. 34, 2008. pp. 287-324.

_____. **Histórias locais-projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Ed. UFMG, 2003.

OMAR, A. Cidade aberta: primeira visita. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 23, pp. 204-213, 1994. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23_m.pdf>. Acesso em: 23 Mar. 2017.

SEGATO, R. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos. Y una antropología por demanda.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

SEGRE, R.; ESPÓSITO, F. Ciudad Abierta: experiência urbana em Valparaíso, Chile. **Revista AU.** Disponível em: <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/217/uma-persistente-utopia-a-cidade-aberta-em-valparaiso-chile-255574-1.aspx>> Acesso em 20 de julho de 2016.

VAINER, C. Disseminating ‘best practice’? The coloniality of urban knowledge and city models. In: PARNELL, S.; OLDFIELD, S. **The Routledge handbook on cities of the Global South.** Londres: Routledge, 2014.

DIVERSIDADE

Karime Fayad

Nadia Cibele Besciak

A sociedade contemporânea está se modificando rapidamente, o que é visível nas transformações nas práticas dos cidadãos, na forma das cidades, nos deslocamentos, nas comunicações e trocas, no uso dos equipamentos públicos e serviços, nas atitudes em relação à natureza, ao espaço público. Inovações proporcionadas pela tecnologia, como os celulares, trens de alta velocidade, internet, contribuíram sobremaneira para essas modificações, que estão no início do seu curso. Segundo Ascher

As sociedades ocidentais estão em mutação, entrando em uma nova fase da modernidade, que assiste à evolução profunda das maneiras de pensar e agir, da ciência e da técnica, das relações sociais, da economia, das desigualdades sociais e das formas de democracia (ASCHER, 2010, p.17-18).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Monte-Mór (2015, p.55) afirma que “vivemos um momento de transição entre modos de organização social, política e econômica, para não ousar falar em transição de modos de produção”, e parece ser evidente que grandes narrativas como modernidade, progresso e sociedade industrial estão em crise. Os dois autores acreditam estar em curso a revolução urbana, anunciada por Henri Lefébvre (1999) nos anos 1970.

Para Ascher (2010), a racionalização e o individualismo, característicos da modernidade, estão cada vez mais presentes nas relações sociais e ações coletivas e individuais. O autor identifica como grandes mudanças que caracterizam a terceira revolução urbana moderna: a metapolização, a transformação do sistema de mobilidade urbana, a recomposição social das cidades (marcada pela individualização do espaço-tempo e por novos tipos de serviços públicos) e a redefinição das relações entre interesses individuais, coletivos e gerais.

Diante desse contexto, que implica e demanda alterações na forma de conceber, produzir e gerir as cidades, o urbanismo pouco tem discutido ou atuado. Considerando especificamente as transformações nas relações humanas, principalmente o individualismo, já mencionado, deve-se refletir acerca da importância da diversidade existente nessas relações e nas cidades, a fim de propor um urbanismo que considere opiniões, costumes, hábitos, comportamentos, crenças e gêneros diversos.

Um novo urbanismo precisa considerar, segundo Ascher (2010), uma pluralidade complexa de interesses, que dificilmente podem se materializar em interesses coletivos estáveis e aceitos por todos. Segundo o autor: “Os políticos locais, o Estado, os urbanistas, todos os especialistas podem, assim, cada vez menos pretender fundamentar suas ações e propostas em um interesse geral ou comum, objetivo e único” (ASCHER, 2010, p.91). As divergências e conflitos de opiniões devem ser resolvidos menos por decisão das maiorias e mais por “compromissos que permitem tratar de uma variedade de situações coletivas”.

Ainda de acordo com o autor, um novo urbanismo deve “responder à variedade de gostos e demandas”, admitindo a complexidade e propondo distintas formas e ambientes urbanos a uma sociedade diversa na sua composição, práticas e preferências. (ASCHER, 2010, p.93).

Diante do exposto e considerando a diversidade como multiplicidade, heterogeneidade e pluralidade de ideias, crenças, valores,

percepções, culturas e de toda forma de expressão da vida humana, cabe ao novo urbanismo conceber espaços que a valorizem e que enalteçam suas formas de relação e expressão.

Neste ensaio pretende-se discutir o conceito de diversidade e sua importância na produção do espaço urbano. Também se procura refletir sobre diretrizes e propostas para um próximo urbanismo, que busque a valorização do diverso, considerando principalmente conceitos de antropologia cultural e de morfologia urbana.

A diversidade e a produção do espaço urbano

A agenda do próximo urbanismo deve ter como pauta a complexidade humana e suas relações. Como resultado, o espaço produzido deve ser plural, múltiplo, variado e adequado à diversidade. Konzen (2012), ao fazer uma análise sobre o conceito de diversidade utilizado por Hegel em duas de suas obras - *Ciência da Lógica*¹ e *Filosofia do Direito*², traz importantes contribuições para a compreensão do tema. Para Hegel, dois ou mais objetos possuem ao mesmo tempo a determinação da desigualdade e da igualdade. Ao envolver esses dois conceitos, que são vinculados e distintos, avança em relação à noção pura e simples da diferença e relaciona-a também aos conceitos de identidade, oposição e contradição.

Os diversos [*Die Verschiedenen*], que são uma e a mesma coisa, com que ambas, a igualdade e a desigualdade, tornam-se vinculadas, são, pois, de uma parte, iguais entre si, mas, de outra parte, são

1 HEGEL, G. W. F. *Die Wissenschaft der Logik*. Suhrkamp: Verlag, 1970.

2 Id., *Philosophie des Rechts* Suhrkamp: Verlag, 1970.

desiguais, e [isso] enquanto elas são iguais, e enquanto elas são desiguais (HEGEL³, 1970 apud KONZEN, 2012, p.41-42).

Assim, destaca-se como aspecto determinante da diversidade o fato de ela ocorrer entre objetos, coisas ou indivíduos que tenham certa igualdade qualitativa em comum (mesma espécie, mesmo gênero), mas também uma desigualdade qualitativa referente àquela qualidade.

Duas coisas não são exatamente iguais; assim elas simultaneamente são iguais e desiguais; iguais já no fato de que elas são coisas ou duas em geral, pois cada uma é uma coisa e uma unidade tanto quanto a outra, cada uma é, assim, o mesmo que a outra; mas elas são desiguais mediante a aceitação. Assim, surge a determinação de que os dois momentos, a igualdade e a desigualdade, estão *em um e mesmo* diverso ou de que a diferença caindo um fora do outro está em uma e mesma vinculação (HEGEL⁴, 1970 apud KONZEN, 2012, p.43-44).

Hegel também discute o conceito de diversidade humana. Para ele, os seres humanos são naturalmente diversos entre si, pois são iguais enquanto racionais e livres, mas desiguais no âmbito do grau/proporção de desenvolvimento de suas propriedades ou faculdades corporais e espirituais. Essas são decorrentes de uma multiplicidade de circunstâncias contingentes, que são desiguais, e permitem, assim, uma variedade de habilidades, riquezas, culturas, formações - intelectual, prática, moral ou teórica. (KONZEN, 2012)

Fica caracterizada, dessa forma, a infinita diversidade da natureza humana, em todas as direções e graus, o que causa múltiplas implicações

3 Id., *Die Wissenschaft der Logik*. Suhrkamp: Verlag, 1970.

4 Id., *Die Wissenschaft der Logik*. Suhrkamp: Verlag, 1970.

nas relações humanas, sejam elas familiares, sociais ou estatais, e reflete-se também na produção do espaço. Não faz sentido, portanto, a tentativa de instituir uma “igualdade material”, pois ela seria fruto de um “entendimento vazio e superficial”.

A exigência, muitas vezes feita, da igualdade na repartição do solo ou mesmo de qualquer outro patrimônio existente é um entendimento tanto mais vazio e superficial quanto mais nessa particularidade intervêm não somente a contingência natural externa, mas também toda a extensão da natureza espiritual em sua particularidade e diversidade infinitas, assim como em sua razão desenvolvida para o organismo. (HEGEL⁵, 1970 apud KONZEN, 2012, p.48)

Diante disso, indo contra a ideia de igualdade absoluta, Hegel preocupa-se em efetivar a liberdade de todos os seres humanos, que é justamente o aspecto que os torna iguais. Não é preciso, para isso, negar ou neutralizar as diferenças. As desigualdades decorrentes da pluralidade estão e sempre estarão presentes nas relações humanas, o que não é algo em si negativo, mas que depende da capacidade do indivíduo de assumi-la ou mediá-la para, assim, fomentar o maior grau possível de formação ou de desenvolvimento, tanto corporal quanto espiritual. Importa mais desenvolver nos indivíduos a capacidade em si de ser livre para si.

Nesse sentido, ao tratar das complexidades da sociedade contemporânea, principalmente a relação entre “a produção do espaço (urbanização), a natureza humana e não humana (sustentabilidade), e as transformações desalienadas do mundo para a emancipação dos povos (desenvolvimento)”, Monte-Mór (2015) afirma que a diversidade abre caminho para alternativas, para espaços da diferença, para construções

5 HEGEL, G. W. F. *Philosophie des Rechts* Suhrkamp: Verlag, 1970.

socioespaciais geradas no bojo das realidades culturais enraizadas no mundo concreto, na natureza humana e não humana.

Promover, garantir e fortalecer múltiplos modos de organização socioeconômica, diversidades étnicas, de raças, de gêneros, de crenças, de usos, de alimentos, enfim, de culturas, parece ser um princípio central para a construção da emancipação social com base no urbano-utopia [...] (MONTE-MOR, 2015, p. 68)

Para o autor, é mais importante hoje pensar em diversidade (social, econômica, de gênero) do que em desigualdades - como era num passado ainda recente. A desigualdade pressupõe a existência da igualdade e pode remeter à homogeneidade do espaço, das formas e processos urbanos e socioespaciais, o que, quando se considera a definição de diversidade humana de Hegel, seria impossível.

A discussão sobre a complexidade das cidades não é recente. Já na década de 1960, Jane Jacobs avançava numa teoria urbana de valorização do diverso, em contraposição ao modelo modernista, até então vigente nas cidades norte-americanas. Para a autora, a vitalidade urbana e a segurança dependem da variedade de usos que os espaços públicos proporcionam às pessoas, em especial as calçadas, ruas e parques. Jacobs defende que a pluralidade do espaço permite a expressão da vida urbana, e que a multiplicidade de usos atrai naturalmente uma gama maior de frequentadores e usuários (SILVA NETO e PALACIOS, 2012).

As cidades têm como característica uma diversidade de usos complexa e densa. O planejamento deve catalisar e nutrir estas relações funcionais, ou relações de usos. (JACOBS⁶, 2000 apud SILVA NETO e PALACIOS, 2012, p.2).

6 JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

O arquiteto Jan Gehl também avança nesse sentido. Para ele, deve-se ofertar espaços à diversidade, permitindo contato social direto entre os cidadãos. Gehl, assim como Jacobs, entende que ao possibilitar diferentes atividades, de circulação ou permanência, incentiva o uso dos espaços públicos. Para o autor, a função social da cidade como local de encontro deve ser reforçada. (GEHL, 2013)

Gehl, em seus projetos urbanos, tem se utilizado de metodologia própria, que caracteriza detalhadamente o local de intervenção, identificando usos atuais, locais de circulação e permanência, atrativos às atividades, conexão com transporte público, entre outros. Essa metodologia avança no entendimento do uso do espaço público – há um maior conhecimento do local – mas ainda carece de aprofundamento e de proposição para atendimento dos diversos usuários e de suas demandas, bem como as relações sociais que têm esse local como espaço de expressão. Percebe-se ainda uma visão tecnicista, em que o técnico, a partir de levantamentos mais refinados, continua a exercer o poder de decisão, para atendimento do interesse geral ou comum, objetivo e único, conforme crítica de Ascher (2010).

Diante disso, surge a necessidade de se repensar a questão da diversidade no urbanismo sob a abordagem da antropologia, relacionando-a à morfologia urbana.

Antropologia e Morfologia: valorização da diversidade no espaço urbano

O termo *Anthropos* deriva do grego e significa “estudo do homem” ou “ciência do homem”. Diferenciando-se das demais disciplinas (entre as ciências humanas) que estudam o homem – como a genética, sociologia e psicologia, a antropologia tem como objeto formal de estudo o ser humano em sua continuidade, pluralidade e forma. A preocupação em

definir o homem é constante e perfaz o caminho da compreensão da existência humana, da culturalidade e biogenética, tanto passada como presente, extraindo não o específico, mas o todo.

Segundo Hoebel (1973), a antropologia trata do homem e suas manifestações como um todo (visão holística); emprega o método comparativo; e considera o conceito de cultura como âmbito próprio do humano.

A antropologia pode contribuir para a compreensão do fenômeno urbano, mais especificamente para a pesquisa da dinâmica cultural e das formas de sociabilidade nas cidades contemporâneas. Joseph (2000) frisa que a cidade não seria apenas um mosaico de territórios, como estabelecia a antropologia clássica, mas as relações entre duas ou mais populações num mesmo meio ou sistema de atividades, presentes em fenômenos como a economia da mobilidade residencial, problemas sociais de habitação ou de presença no espaço público. O ambiente urbano, em especial as metrópoles, constituem espaços estratégicos para o estudo da Diversidade cultural, segundo Canclini (1990). Para alcançar este objetivo, a antropologia possui um aparato teórico-metodológico, com instrumentos para enfrentar as questões atuais, que podem auxiliar a discussão sobre um *Próximo Urbanismo*.

De fato, o contexto urbano é formado pela paisagem - onde se relacionam o conjunto de espaços, equipamentos e instituições urbanas - e pelos atores sociais, sendo a paisagem urbana o resultado das práticas desenvolvidas por tais atores (associações, políticos, corporações, poder público, cidadãos, etc.). A antropologia urbana estuda a interseção de ambos (paisagem e atores), cabendo à **etnografia** decifrar esse duplo movimento.

[...] o que se propõe é um olhar de perto e de dentro, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por

meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc. Esta estratégia supõe um investimento em ambos os polos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise. É o que caracteriza o enfoque da antropologia urbana, diferenciando-o da abordagem de outras disciplinas e até mesmo de outras opções no interior da antropologia. (MAGNANI, 2002, p. 18)

Para Hannerz (1998), as cidades deveriam ser os lugares estratégicos para pensar a cultura, em termos de uma organização da Diversidade, além de figurarem como centros de confluência de culturas. O autor defende o **método etnográfico** como forma de analisar os diversos fluxos presentes na contemporaneidade e afirma ainda que foi fundamental para a formação do pensamento social.

Em complemento, Lévi-Strauss define a experiência etnográfica da seguinte maneira:

É por uma razão muito profunda, que se prende à própria natureza da disciplina e ao caráter distintivo de seu objeto, que o antropólogo necessita da experiência do campo. Para ele, ela não é nem um objetivo de sua profissão, nem um remate de sua cultura, nem uma aprendizagem técnica. Representa um momento crucial de sua educação, antes do qual ele poderá possuir conhecimentos descontínuos que jamais formarão um todo, e após o qual, somente, estes conhecimentos se “prenderão” num conjunto orgânico e adquirirão um sentido que lhes faltava anteriormente (LÉVI-STRAUSS, 1991, p. 415-416).

A etnografia é a metodologia, que dentro da antropologia, permite ao pesquisador mergulhar no mundo dos pesquisados, sem nele permanecer, ou dele somente extrair diferentes visões de mundo, interagindo de forma a trocar representações e teorias. É a partir destes princípios que se empreende a pesquisa etnográfica nos centros urbanos: identificando grupos, caracterizando-os e observando sua relação com o outro e com o espaço que ocupam.

Após estas reflexões sobre a **antropologia** e buscando a sua relação com a **morfologia** urbana, vale resgatar Lamas (1993), que define esta como o estudo da configuração e da estrutura exterior de um objeto; ciência que estuda as formas, associando-as com os fenômenos que lhes deram origem.

Os estudos morfológicos facilitam não só o entendimento da forma característica de um bairro, uma cidade, uma paisagem, mas também a análise da sua gênese e das transformações sofridas ao longo do tempo, a partir de elementos de análise comuns. Tais elementos foram expostos por José Lamas, em seu livro *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade* (1993), onde o autor demonstra que, em diversos contextos históricos, os elementos morfológicos são semelhantes: rua e praça, edifícios, fachadas e monumentos. As diferenças se estabelecem no modo como esses elementos se posicionam, se organizam e se articulam entre si para constituir o espaço urbano.

Para Lamas, a forma urbana pode ser considerada:

[...] aspecto da realidade, ou modo como se organizam os elementos morfológicos que constituem e definem o espaço urbano, relativamente à materialização dos aspectos de organização funcional e quantitativa e dos aspectos qualitativos e figurativos. A forma, sendo o objetivo final de toda a concepção, está em conexão com o desenho, quer dizer, com as linhas, espaços, volumes, geometrias, planos e cores, a fim de definir um modo de

utilização e de comunicação figurativa que constitui a arquitetura da cidade (LAMAS, 2010, p.44).

Lamas inicia sua análise da forma urbana baseando-se nos seguintes elementos: aspectos de realidade - *quantitativos*, como densidades e fluxos; aspectos de *organização* - maneira como se organizam os elementos morfológicos que constituem o espaço urbano, e as atividades humanas, como habitar, comprar e estudar; aspectos *qualitativos* - maneira como os espaços são tratados, referem-se ao conforto e à comodidade daquele que os utiliza, como conforto acústico e térmico; e *figurativos* - os aspectos da forma que são comunicáveis através dos sentidos. Utiliza também sistemas de análise que consideram a percepção do espaço, organizados como: orientação - orienta o homem através de coordenadas e/ou referências (como monumentos ou edifícios); visual - constrói a imagem da cidade através da apreensão do espaço em sequência visual; tátil - percepções de toque e de temperatura dos espaços; e olfativo - é a experiência da cidade, embora seja um fator de menor controle e incidência no desenho da forma urbana.

Assim como Lefebvre (1999), que estabeleceu *níveis* (ou escalas) e *dimensões* para analisar a complexidade do fenômeno urbano, Lamas desenvolveu as *dimensões* de análise, separando-as em:

- Setorial: a menor unidade do espaço urbano, com forma definida por edifícios, traçado das vias, arborização, mobiliário urbano, etc.;
- Urbana: pressupõe uma estrutura de vias, praças e quadras;
- Territorial: a forma das cidades define-se pela distribuição dos seus elementos estruturantes (bairros, infraestrutura viária e grandes zonas verdes).

Comparando-se as dimensões de Lamas com as dimensões e escalas de Lefebvre (1999), é possível identificar a dimensão *setorial*

como similar à dimensão da *prática e da vitalidade urbanas*, as quais não se reduzem às ideologias e instituições globais, e aproximam-se à escala do *privado*, do *habitar*. A dimensão *urbana* e a *territorial* são equivalentes à dimensão lefebvriana do lugar ou do terreno, onde as estratégias se confrontam, e o espaço urbano torna-se o meio e instrumento de ação, na escala *intermediária* (cidade). A escala *global* de Lefebvre, sendo aquela do exercício do poder e do Estado, é a dimensão onde as relações sociais se projetam no solo, não possuindo similaridades com as dimensões de Lamas. Segundo o mesmo autor, a prática do planejamento organiza-se em *níveis de atuação*, determinados pela própria natureza dos métodos, objetivos e conteúdos e escala dos problemas e dimensão geográfica das intervenções. São eles:

- Nível de Planejamento: O arranque de todo o planejamento é uma fase de determinação de objetivos socioeconômicos; a programação aparece como etapa preliminar das ações do urbanismo, na qual se fixa o programa a ser executado no futuro;
- Nível urbanístico - o plano: estabelecer os objetivos no espaço e no tempo e espacializar a execução dos propósitos anteriores, implicando na definição das morfologias urbanas e na consideração das possibilidades físicas do território;
- Nível de construção: Executa-se a construção do território, de acordo com os objetivos e programa definidos.

A morfologia urbana, portanto, converge na busca e utilização de informações provenientes de disciplinas distintas; além da antropologia, associa conhecimentos da economia, sociologia, história, geografia, arquitetura, etc. , a fim de explicar um fato concreto: a cidade como fenômeno físico e construído.

Considerações finais

O urbanismo atua sobre as condições de vida, de cidadania e por isso deve seguir fundamentos éticos, humanistas e sociais. Deve privilegiar a coletividade, a solidariedade, a complementariedade, a complexidade e a diversidade. Essa, segundo Hegel, entendida como a desigualdade dos iguais – objetos, relações, seres.

A discussão sobre a diversidade nas cidades não é recente, mas precisa ser aprimorada, considerando as características da sociedade contemporânea, inserida em um processo de revolução urbana, conforme levantado por Monte-Mór e Ascher. Essa sociedade deve ter no urbano o espaço privilegiado da vida coletiva.

O urbanismo não pode ser entendido como a cama de Procusto⁷. As diversas partes devem conformar o urbanismo - e não este se impor sobre as partes. A cidade deve ser pensada para o indivíduo, cada um com suas particularidades, respeitando-se a natural e infinita diversidade humana.

Através do conhecimento da forma urbana, é possível conhecer os diversos elementos que a compõem, para os quais Lamas propôs diversos instrumentos de análise, não esquecendo que o ator principal do contexto urbano é o ser humano. Sem ele não há vida, não há meio urbano, pois como lembra Hegel, a Diversidade humana se manifesta em diferentes campos da atuação, enquanto aspecto constitutivo das relações entre membros, sejam familiares, sociais ou estatais.

Como proposta para um *Próximo Urbanismo*, deve-se valorizar o estudo da morfologia urbana, para compreender a formação, a evolução,

7 Personagem da mitologia grega, Procusto tinha uma cama de ferro, que tinha seu exato tamanho, para a qual convidava todos os estrangeiros a se deitarem antes de ingressarem à cidade. Se a pessoa fosse maior do que a cama, ele cortava fora o que sobrava, se fosse menor, ele a espichava e esticava até caber naquela medida. Procusto representa, em regra, a intolerância do ser humano em relação ao seu semelhante. Aqui, podemos relacioná-lo à intolerância do urbanismo com as Diversidades.

a transformação do espaço e de seus elementos, além das relações destes elementos com os atores sociais (por meio da antropologia e sua metodologia etnográfica). Estas são condições para identificar formas apropriadas de intervenção no meio urbano, que fomentem a diversidade em cada novo espaço planejado.

REFERÊNCIAS

ASCHER, F. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

CANCLINI, N.G. **Culturas urbanas de fin de siglo: la mirada antropológica**. Disponível em <http://www.aguaforte.com/antropologia/canclinispa.html>. Acesso em 01 ago. 2016.

DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: PINI, 2000.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GEHL, J. **Cidades para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HANNERZ, U. **Os limites de nosso auto-retrato. Antropologia urbana e globalização**. Estocolmo, 16 abr.1998. Entrevista á Fernando Rabossi.

HOEBEL. A. E. **Antropología: el estudio del hombre**. Barcelona: Omega, 1973.

JOSEPH, I. **Erving Goffman e a microsociologia**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

LAMAS, J.M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. sl: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

KONZEN, P. R. O Conceito de Diversidade (Verschiedenheit) na Ciência da Lógica e na Filosofia do Direito de Hegel. **Revista Eletrônica de Estudos Hegelianos**, v. 1, p. 39-60, 2012.

MONTE-MÓR, R. Urbanização, sustentabilidade e desenvolvimento: complexidades e Diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: MAGELA, G; MONTE-MÓR, R; COSTA, H. (Orgs.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, p. 55-69.

SILVA NETO, E. F.; PALACIOS, M. G. L. S. Vitalidade urbana em Jane Jacobs. In: **Seminário Internacional Urbicentros**, 2012, Salvador. Urbicentros #3, 2012.

EXPERIMENTAÇÃO

Fernando Domingues Caetano

Júlia Helena Gesser

Pensar o urbano contemporâneo é um grande desafio, na medida em que as práticas de intervenção no espaço pouco modificaram a realidade social, considerando a diminuição da desigualdade e melhoria na qualidade de vida. É cada vez mais evidente, principalmente nos países em desenvolvimento, que a cidade desejada está muito distante do urbano real. A violência, a segregação, os desastres socioambientais, as injustiças sociais, a falta de moradia, são apenas alguns dos aspectos que exacerbam a complexidade da problemática urbana e a necessidade de repensar as formas como tem sido modificado os espaços.

A urbanização vem ocorrendo de forma acelerada nas últimas décadas e, apesar de se apresentar de formas diferentes em cada país, ela apresenta hoje um caráter global. As novas práticas econômicas neoliberais¹, aliadas às novas trocas que se estabelecem com o avanço da tecnologia, diminuem as distâncias, criando uma rede de fixos e fluxos, que constituem o meio urbano atual. Neste contexto, entender as novas dinâmicas do urbano depende de uma análise inter-escalar, não apenas espacial, mas das relações que se estabelecem na esfera social, política e econômica.

1 Entende-se por práticas econômicas neoliberais aquelas derivadas de uma doutrina capitalista que surge na década de 1970, a qual defende a liberdade total ou quase total de mercado, provida pela mínima intervenção Estatal na economia.

O desafio de estudar as cidades visando um “novo urbanismo” vem sendo enfrentado por muitos pesquisadores e já apresenta resultados importantes. A identificação do problema é o começo, fundamental na elaboração de novas práticas urbanas e, diante da atual complexidade das cidades, novas propostas devem ser feitas, com o intuito de reverter o processo atual de produção e reprodução do espaço.

Dentre as problemáticas urbanas contemporâneas está o processo denominado “espetacularização urbana”. A transformação do espaço urbano em cenário, em decorrência da privatização dos espaços públicos, especulação imobiliária e gentrificação, reduz a experiência urbana cotidiana à utilização e circulação, disciplinadas por princípios segregatórios, conservadores e despolitizadores, que conferem um sentido mercadológico, turístico e consumista à cidade. Nesse processo de globalização dos espaços urbanos, as cidades buscam se “diferenciar” pela transformação/redução das mesmas em cidade-museu, cidade-parque-temático, cidade-shopping, cidade espetáculo etc. (BRITTO e JACQUES, 2009).

Neste contexto, o objetivo deste artigo é refletir sobre a possibilidade de introdução de uma nova prática urbana, a Experimentação, que subverta o planejamento vigente e se oriente para o nível cotidiano, por meio da identificação de ações e intervenções no espaço urbano que explorem as potencialidades dos sentidos humanos, de forma a valorizar a vivência urbana e reconhecer a relação dialética entre o corpo do cidadão e o corpo urbano.

O texto se estrutura em duas partes. A primeira corresponde a uma revisão bibliográfica, onde se justifica a Experimentação como alternativa válida para um novo Urbanismo, partindo de conceitos sobre experiência, corpo no espaço, relação háptica e óptica do espaço, assim como uma crítica às disciplinas especializadas. Em um segundo

momento, parte-se para propostas de efetivação da experimentação no urbano, considerando as reflexões realizadas.

Aproximação teórico-conceitual à Experimentação

O urbano se insere no processo de acumulação do capital, enquanto subjuga o lugar para as pessoas. A primeira mudança para um urbanismo do futuro talvez não seja uma proposta inovadora, uma imposição espacial, mas a libertação das instituições e normativas que moldam a sociedade, a partir de um urbanismo experimental, que leve em consideração a natureza humana, as sensações, e estimule o pensamento crítico sobre o que o espaço, incentivando novas escolhas. “Trata-se de uma subversão diária de regras, ordens e orientações na esfera privada, que são imposições dos sistemas à vida das pessoas” (RANDOLPH, 2015, p.120). Um urbano leve, efêmero e condizente com o ritmo de vida cotidiano. Perceber as minúcias do ambiente - a realidade, a virtualidade, o tempo, os sons, os cheiros - pode ser uma importante ferramenta para desenvolver um olhar crítico sobre a sociedade: pensar como se inserir e qual a melhor maneira de ser inserido. “O mundo é o que vemos e que, contudo, precisamos aprender a vê-lo” (MERLEAU PONTY, 2000, p.16). Transformar o ambiente a partir das sensações intrínsecas parte da identificação e exaltação das necessidades básicas do corpo, que evidenciam prazeres e proporcionam escolhas. A Experimentação se baseia em um processo máximo de subversão: primeiro, uma subversão do próprio corpo, onde o sujeito se deixa levar por estímulos, subjugando as normas de comportamento social e, segundo, pela tomada de consciência sobre o espaço ao seu redor e das novas construções de pensamento. Segundo Tuan,

Experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade.

Estas maneiras variam desde sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização. As emoções dão colorido a toda a experiência humana, incluindo os níveis mais altos do pensamento (TUAN, 1983, p. 9).

A relação do homem com o meio físico é sensível e foge à racionalidade opressora, presente na organização do espaço e da sociedade. Calvino (1994), poeticamente, transmite pela literatura esta opressão, a qual é sentida no cotidiano quando se é inserido em um espaço dado, fruto de uma intrincada relação sócio-política-econômica, que não condiz com o que se precisa ou se almeja. Para ele, “o peso da vida [...] está em toda a forma de opressão; a intrincada rede de constrições públicas e privadas acaba por aprisionar cada existência em suas malhas cada vez mais cerradas [...]” (CALVINO, 1994, p.19).

Afinal, uma pessoa é diferente da outra e tem uma velocidade mental muito diversa da velocidade que muitas vezes é imposta. O urbanismo pode exaltar a natureza humana, indo contra as tentativas de criação de um espaço estruturador da exploração social, provendo um espaço onde as relações se deem em um nível compatível com a sensibilidade do homem, exaltando a heterogeneidade, a diferença e os prazeres.

Em uma época em que outros *media* triunfam, dotados de uma velocidade espantosa e de um raio de ação extremamente extenso, arriscando reduzir toda a comunicação a uma crosta uniforme e homogênea, a função da literatura é a comunicação entre o que é diverso pelo fato de ser diverso, não embotando, mas antes exaltando a diferença, segundo vocação própria da linguagem da escrita. [...] a velocidade mental não pode ser medida e não permite comparações ou disputas, nem pode dispor os resultados obtidos numa perspectiva histórica. A velocidade mental vale por si mesma, pelo prazer que proporciona àqueles que são sensíveis

a esse prazer, e não pela utilidade prática que se possa extrair dela (CALVINO, 1994, p. 59).

No processo de intervir no espaço, é comum apoiar-se sobre várias metodologias, primeiro de análise, depois de proposta. Vai-se ao local, observa-se a situação, o problema, como as pessoas se comportam, alguns padrões, a possibilidade estética (na melhor perspectiva). O projeto urbano se adapta às leis vigentes, que condicionam e por vezes alteram totalmente a proposição. As formas de intervir são várias, e muitas vezes não seguem uma metodologia. Porém, o que se observa em quase todas as propostas urbanísticas é a desconsideração do elemento unitário que forma a sociedade e seu comportamento: o corpo. Este sempre foi tratado como instrumento de poder, que deve ser regulado e que exige certa organização do espaço para sua melhor exploração.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1999), ao fazer um estudo a partir da época clássica, lembra que o indivíduo não parou de passar de um espaço fechado para o outro, cada qual com suas próprias leis. Primeiro a família, depois a escola e, por último, a fábrica. Nessas instituições, as relações de poder se refletiam através do exame, da vigilância, de hierarquias, que são, muitas vezes, propiciados pela disciplina. Uma “arquitetura do poder” que se fazia e ainda se faz presente pela construção do saber que examina, vigia, pune e manipula. A disciplina passa a ser um

(...) método que permite o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade. (...) Nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais útil (FOUCAULT, 1999, p.118-119).

O corpo é a exaltação máxima da liberdade e da autonomia. As forças que são aplicadas sobre ele, inclusive as forças espaciais, acabam reduzindo sua capacidade de criticar, de ir contra as normas. Neste processo, o ser humano acaba esquecendo seus desejos, anseios, seus próprios sentidos, e se acostuma a viver com o existente, com os costumes, que podem significar uma descaracterização do seu “eu”. Este controle se estende por várias escalas e, atualmente, reflete fortemente o sistema econômico. Segundo Merleau-Ponty (2000, p.18), “cabe-nos reformular os argumentos céticos fora de todo preconceito ontológico, justamente para sabermos o que é o ser-mundo, o ser-coisa, o ser-imaginário e o ser consciente”.

As intervenções urbanas, que valorizam mais a criação de cenários urbanos do que a amplificação da experiência sensorial humana, levam a um empobrecimento da experiência urbana e da corporalidade, resultando em espaços urbanos amorfos, sem vida, desencarnados. A valorização do ser humano enquanto ‘Ser’ não se limita ao reconhecimento das suas potencialidades sensoriais, mas deve abranger sua capacidade de reflexão crítica, de questionar situações *a priori* (BRITTO e JACQUES, 2009).

Perceber o espaço de forma crítica passa o conceito da “psicologia da arquitetura”, em uma discussão complexa sobre o ver e sentir. Santos (2006), em sua dissertação intitulada ‘A Vontade da Paisagem’, Wolfflin (1994), apresenta estudos sobre uma psicologia da arquitetura, contestando a percepção puramente visual como a principal razão pela qual se considera um espaço expressivo. O autor baseia sua discussão em uma experiência fenomenológica, na memória desta experiência e na ideia de que existe uma empatia entre o ser humano e a forma de objetos inanimados. Neste contexto, o corpo não é apenas matéria, mas também memória. Santos apresenta o conceito de “háptico”²

2 A palavra háptico é relativa à sensação tátil; ou aquilo que é mais perceptível através

proposto por Riegl (1901), e define a relação entre óptico e háptico como complementares.

A experiência do espaço, mesmo óptica, dependerá muito de reminiscências de percepção háptica (...) como o sujeito se percebe no espaço, como é que compreende o movimento que este espaço invoca se ele próprio não se move, não toca, não mede distâncias? Existe necessariamente um conhecimento subjetivo de como é que se parecemos objetos em profundidade quando percebidos em um plano. Ou seja, um sujeito tem de se imaginar a percorrer o espaço. Deste modo poder-se-á dizer que a percepção óptica de um espaço recorre sempre a uma reminiscência da percepção háptica. (SANTOS, 2006, p. 22)

Portanto, a experiência óptica vai depender de reminiscências hápticas, as quais só são alcançadas através do tocar e do sentir em várias fases da vida. Esta abordagem acentua a importância e a necessidade da paisagem como estímulo de todos os sentidos, e não apenas da visão, com o intuito de proporcionar uma apreensão mais completa do espaço. Uma paisagem que promove a experimentação é, portanto, híbrida, composta por diversos aspectos: artísticos, cinematográficos, sonoros, visuais, performáticos, tecnológicos, artificiais, patrimoniais, etc. E um espaço híbrido seria aquele que se produz e se transforma a partir de novas formas de apropriação das diversas áreas do conhecimento.

A partir destas reflexões, cabe a pergunta: como essa hibridização do urbanismo pode ocorrer ou vem ocorrendo e como ela se materializa no espaço? Teoricamente, Vaneigem³ (1967 apud RANDOLPH, 2015,

do tato do que através da visão.

3 VANEIGEM, R. *The Revolution of everyday life: the reversal of perspective*. 1967. Disponível em <[HTTP://library.nothingness.org/articles/SI/em/pub_contents/5](http://library.nothingness.org/articles/SI/em/pub_contents/5)> Acesso em 08 jul 2013.

p.123) apresenta um caminho: “É a realização da arte e da filosofia na vida diária de todos que permite uma objetificação não alienante”. Portanto, é possível pensar em uma escala local de ação, que transforme o espaço no ‘espaço do sentir e do pensar’, a partir de intervenções pontuais e intervenções estruturais, em rede. Estas intervenções podem ser pequenas experiências de transformação do espaço e não tem um sentido determinista, mas sim possibilidades de reconhecer qual espaço se quer, contra qualquer tipo de alienação: “A subversão [...] pode ou mesmo precisa ser compreendida como uma prática social cotidiana, permanente, que faz parte da vida diária dos agentes sociais quando estes se dão conta das permanentes tentativas de colonização da vida pelos sistemas burocráticos e econômicos” (RANDOLPH, 2015, p.113).

A arte contemporânea pode não apenas discutir o espaço, mas se apropriar do mesmo como interface com a sociedade. Britto e Jacques (2009) apontam que a arte pode ser vista como uma forma de ação dissensual no espaço urbano e por meio dela podem ser construídos espaços intraurbanos que estimulem o potencial questionador do cidadão e explicitem as tensões no espaço público diante da despolitização consensual.

É possível identificar intervenções urbanas artísticas que se integram e dialogam com o espaço urbano. Estas, geralmente, são complementares à paisagem, ou seja, não correspondem a um projeto urbanístico, mas se apropriam deste espaço já criado, proporcionando novas paisagens. As instalações “The Sequence” (Arne Quinze), “Aeolus” (Luke Jerram) e “Street Painting” (Sabina Lang), são exemplos de intervenções visuais e sonoras e demonstram como a arte pode transformar nossa maneira de sentir o espaço. Enquanto a primeira cria uma cobertura diferenciada sobre a rua e a contrasta com a arquitetura existente, a segunda transforma o vento em música. Já a terceira cria trilhas urbanas, apenas com cores nas ruas.

Outra intervenção urbana foi realizada por arquitetos dinamarqueses que, em busca de cidades melhores, realizaram parcerias entre comunidades, profissionais e municipalidades, a fim de criar espaços que estimulassem positivamente as pessoas. Por meio de simples inserções, como bancos e pedras no lago para permitir a passagem de forma lúdica, o espaço foi reinventado, promovendo interesse e novas formas de uso.

Além destes, o projeto Arte/Cidade, realizado em São Paulo desde 1994, tem buscado destacar áreas críticas da cidade, promovendo uma reestruturação por meio de práticas urbanas não tradicionais. Se o projeto não chega necessariamente a soluções, ao menos tem proposto opções de melhoria ou de reestruturação de espaços urbanos invisíveis ou sem identidade (BOSCO e SILVA, 2009). Outras intervenções que vêm acontecendo por todo o mundo e que consideram a arte como ferramenta de transformação, mostram uma tendência em pensar criativamente soluções espaciais e sociais para as cidades.

Ao pensar novas estratégias que conduzam a uma nova prática urbana (que se contrapõe ao atual *urbanismo*), Lefebvre (1999) discorre sobre a necessidade de pensar o fenômeno urbano a partir da totalidade, por meio de uma crítica às disciplinas especializadas. Segundo ele, somente através desta crítica é possível identificar a contribuição de cada ciência no conhecimento do fenômeno urbano. O autor sugere que a sociedade urbana põe fim às cisões definitivas, separações absolutas, segregações, programas, que impedem a totalidade. Seria a crítica da vida cotidiana que instala o ato de acusação contra as estratégias da *práxis* industrial.

Esta nova prática urbana referida por Lefebvre deriva de uma retomada dos estudos sociológicos, estruturados por meio da crítica das necessidades e funcionalidades, das estruturas, das ideologias e das práticas parciais e redutoras - nos países industriais. A reflexão crítica transgride os limites entre ciências especializadas e realidade humana

e esclarece as aplicações práticas destas ciências, e também substitui as estratégias dissimuladas (através de ideologias) sob lógicas de classe por uma estratégia vinculada ao conhecimento. É neste contexto que se deve fazer uma crítica, uma reflexão, que supõe i) a confrontação entre a ideologia e a prática urbana, ii) a intervenção de forças sociais e políticas; iii) a liberação da capacidade de invenção.

A consciência crítica em relação ao espaço urbano pode ser desenvolvida por meio do registro corporal das diversas experiências vividas pelos indivíduos na cidade. Jacques (2008) defende que:

As corpografias urbanas voluntárias, decorrentes das errâncias, através da própria experiência ou prática da cidade, questionam criticamente os atuais projetos urbanos contemporâneos, ditos de revitalização urbana, que vem sendo realizados no mundo inteiro segundo uma mesma estratégia – genérica, homogeneizadora e espetacular – que pode ser chamada de *branding* urbano, ou seja a produção em série da cidade-imagem de marca.

Segundo Jacques (2005), os urbanistas teriam esquecido, diante de tantas preocupações formais e funcionais, do potencial poético do urbano, principalmente da relação inevitável entre o corpo humano e o corpo urbano, que se dá por meio das experiências e experimentações físicas – corporais e sensoriais – no espaço urbano, imprescindível tanto para os amantes das cidades, como aos arquitetos e urbanistas.

Enfim, experimentar é ter novas vivências, novas oportunidades para aprender e apreender informações de maneira criativa, a fim de estimular a liberdade de ação e as formas de se relacionar com outros sujeitos no mundo. Desta maneira, o “espaço” acaba sendo dotado de valor (simbólico, social, sensorial, etc.), tornando-se assim um “lugar”. Um lugar criado pelas próprias pessoas e não dado a elas.

A efetivação da proposta

A Experimentação no ambiente urbano é uma proposta com várias possibilidades de prática que exige, além da quebra de paradigmas, alguns cuidados. Pensar na Experimentação como um modelo pode levar ao erro do determinismo, com imposições que, da mesma forma que o urbanismo atual, desconsideram a escala humana. Ao mesmo tempo, a efemeridade que está na natureza desta prática traz vários desafios, no momento que subverte o que é vigente, exigindo novas formas de invenção social, por meio de uma união de vários conhecimentos.

As propostas aqui apresentadas de efetivação da Experimentação no urbano contemplam quatro eixos principais (FIGURA 1) que se complementam: a mudança de atores urbanos; as intervenções no espaço; a inserção da tecnologia e a inversão educacional. Destaca-se que estes são apenas alguns aspectos que poderiam compor este tema complexo.



FIGURA 1 - Rede de propostas para efetivação da Experimentação.

Fonte: autores, 2017.

Nesta proposta, todos são interventores e se rompe a visão tradicional de pensar apenas em um profissional como competente para intervir no espaço ou nas práticas sociais, posto atualmente ocupado pelo arquiteto urbanista. Conforme discutido, mesmo este profissional acaba sendo um

mero instrumento de um sistema insustentável. A experimentação tem como meta a autonomia máxima da população, seja qual for o nível de conhecimento ou faixa etária.

Nesse sentido, Hypolito e Rocha (2013, p. 10) afirmam que o *Graffiti* é uma forma de manifestação artística urbana contemporânea, onde o artista e o “vândalo” se confundem. Esta manifestação tem contribuído para o debate sobre as relações entre arte, estética, intervenção e constituição de sujeitos no âmbito da experiência urbana, possibilitando novas formas de os indivíduos habitarem, se expressarem e se relacionarem com o meio urbano.

Para alcançar um estado onde “todos fazem o urbano”, é necessária a inversão de alguns processos já constituídos na concepção do espaço. Tal inversão pode ser realizada a partir do momento que se conseguir pensar criticamente, o que se dá a partir de uma reforma na educação.

Propõe-se, portanto, uma mudança estrutural na forma de ensino, não apenas no universitário, mas em todos os níveis. As instituições, inclusive as de educação, estão estruturadas no intuito de racionalizar o saber, assim como desenvolver capacidades que se destinam ao mercado de trabalho. No contexto universitário, se dá maior importância para conhecimentos técnicos, que se baseiam em normas ou costumes. Em uma tentativa racional de chegar às raízes de todos os fenômenos, ocorre um aumento das especializações e, conseqüentemente, dificulta-se a resolução de problemas complexos, que exigem conhecimentos interdisciplinares e transdisciplinares.

O papel do intelectual é ser um agente consciente da crítica e, para isso, a preparação do pesquisador/profissional é a base para qualquer prática. São eles os primeiros agentes da mudança, talvez os principais responsáveis pelo incentivo à realização da autonomia social. Deve-se pensar, então, em uma reforma curricular, que trabalhe interdisciplinarmente e sensorialmente a maneira de interpretar o

espaço, incentivando invenções, utopias e uma maior discussão política. Neste sentido, a Experimentação adquire um caráter prático, que ganha as ruas, através de trabalhos efêmeros e da aproximação da Universidade com a comunidade.

O enfrentamento do modelo atual de construção de cidades, que gera cidades genéricas, homogeneizadas e espetaculares, pressupõe a “construção” de uma outra cidade, que Dantas (2013) chama de “endocidade”. Para ele, construir uma endocidade demanda a vivência da cidade ao longo do tempo, dimensionando-a internamente, atribuindo significado a cada um dos seus espaços. O autor afirma que essa ação significa transformar o *Topos* (grego técnico) em *Locus* (latino afetivo), ou, transformar meros locais em plenos lugares. Para alcançar esse objetivo, o autor aponta a necessidade de conectar o espaço ao tempo, associando a uma determinada localidade um determinado acontecimento ou uma determinada passagem da história pessoal de cada um.

Essa reflexão induz algumas perguntas de âmbito existencial: por que o espaço é construído de uma determinada forma ao invés de outra (seguindo determinadas escolhas de materiais, cores, texturas, para um determinado grupo social)? A percepção “plena” do real pode ser alcançada utilizando apenas o sentido da visão? O que leva as pessoas a escolherem seus caminhos pela cidade? Em que medida a dimensão sensorial influi nessas escolhas (ver o verde da natureza, iluminação em cores diferentes, subir em altas construções)? A diversidade sonora das cidades é um aspecto que tende a ser mais positivo ou negativo para a vivência urbana? Ao aprender a observar, a escutar, a sentir com maior senso crítico, desenvolvem-se novas capacidades de entender o espaço e como se inserir nele.

Nesse contexto, a tecnologia torna-se uma importante ferramenta para desenvolver a Experimentação; ela possui a capacidade de otimizar espaços, possibilitar novas formas de invenção, estimular os sentidos e

intermediar relações. Porém, é preciso quebrar o “fetiche da tecnologia”, já que esta “não é intrinsecamente boa nem veio ao mundo para libertar a humanidade da atividade tormentosa de trabalho. [...] as novas tecnologias são técnicas de conquista, uma vez que pretendem uma autonomia sem precedentes onde suas fontes e efeitos sociais estão ocultos” (FEENBERG⁴, 2002 apud NOVAES e DAGNINO, 2004, p. 193). Destarte, se faz necessário compatibilizar a tecnologia com a democracia, em uma estratégia de equidade. Esta é, talvez, uma das tarefas mais difíceis, já que a tecnologia é propriedade de poucos, os quais geralmente a monopolizam com o intuito de concentrar riquezas.

Utilizando redes e dispositivos móveis na função de mídia locativa, uma pesquisa-ação denominada “Arquitetura da R.U.A” trabalhou na criação de circuitos e percursos no território do bairro Bom Retiro, região central da cidade de São Paulo, bem como na elaboração de cartografias colaborativas de narrativas audiovisuais e do imaginário urbano contemporâneo, de forma a reconhecer as possibilidades de apreender a cidade por meio da desorientação, da errância urbana, método contrário àqueles utilizados pelo urbanismo tradicional (HILDEBRAND e AMARAL, 2011). Este seria um exemplo de como a tecnologia pode servir à formulação de uma prática urbana intrínseca das aspirações comunitárias.

A arte contemporânea vem como uma das chaves para o desenvolvimento de novas maneiras de pensar o urbano. Ela apresenta o que é estranho, desagradável ou agradável, provoca e instiga, mostra as diferenças. Este processo se torna um auto reconhecimento, uma identificação do corpo, do comportamento no ambiente. Calvino, ao falar sobre a literatura, descreve este momento: “[...] comecei a compreender algo que até então só havia intuído confusamente: algo que age sobre

4 FEENBERG, A. **Transforming technology**. New York: Oxford University Press, 2002. p.36.

mim, sobre quem sou e sobre quem gostaria de ser, sobre como escrevo e como poderia escrever[...] (CALVINO, 1999, p. 66). Pensar em um mundo onde todos façam arte e sejam atingidos por ela não é tarefa fácil, mas talvez seja este um caminho viável para uma gestão auto generalizada do espaço urbano. Para isto, destaca-se a importância de novos agentes, que introduzam práticas experimentais no cotidiano.

A adesão destas novas práticas urbanas pode ocorrer a passos lentos, se ocorrerem. Porém, mesmo não tendo um novo modo de pensar e fazer urbano, é possível ter uma nova perspectiva sobre ele. Neste contexto, a Experimentação incentiva um pensamento crítico, sobre o que se vê e como se escolhe agir a partir disto. Afinal, em que ponto e por que o espaço urbano se separa da arte, se diferencia da instalação, da escultura ou até mesmo de performances? “Tudo se liga...” (WOLFFLIN⁵, 1994 apud DIDI-HUBERMAN, 2010, p. 210).

REFERÊNCIAS

BOSCO E SILVA, L. Cidade/arte: a instalação e sua transmutação em objeto expandido no meio urbano. *Revista Digital do LAV*, v. 2, n. 2, 2009, p. 1-17.

BRITO, F. D. e JACQUES, P. B. Corpicidade: arte enquanto micro-resistência urbana. *Fractal: Revista de Psicologia*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2. 2009. p. 337-349.

CALVINO, I. *Seis Propostas para o Próximo Milênio*. São Paulo: Editora Schwarcz, 1994.

⁵ WÖLFFLIN, H. *Principes fondamentaux de l'histoire de l'art* (1915), trad. C. e M. Raymond, Paris, Gallimard, 1994 [1966].

DANTAS, F. C. Espaço Público e Endocidade. Urbanismo existencialista para a (re) construção de sistema dinâmico de espaços perceptivos. Ponto Urbe. **Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**, n. 12, 2013.

DIDI-HUBERMAN, G. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalheite. 20ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

HILDEBRAND, H. R.; AMARAL, L. A Arte no Espaço-Tempo: arqueologia da rua-realidade urbana aumentada. Quando o encontro se transforma em um território artístico, coletivo e expandido. **Revista GEMInIS**, n. 1 Ano 2, 2011, p. 194-207.

HYPOLITO, B.; ROCHA, E. O corpo espontâneo inserido na cidade dura. **Seminário de História da Arte-Centro de Artes-UFPel**, n. 3, 2013.

JACQUES, P. B. Corpografias urbanas. **Arquitextos**, 2008. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>> Acesso em 15 julho 2016.

_____. Errâncias urbanas: A arte de andar pela cidade. **Arquitextos**, n. 7, 2005, p. 16-25.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o Invisível**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

NOVAES, H.; DAGNINO, R. The fetischoftechnology. **Revista ORe&DEMO** (Marília), v.5, n.2, p. 189-210,2004. Disponível em: <<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/viewFile/411/311>> Acesso: 15 julho 2016.

RANDOLPH, R. A origem estrutural da subversão em sociedades capitalistas contemporâneas, suas práticas baseadas na vivência cotidiana e um novo paradigma de um contra planejamento. In: COSTA, G. M. (Org): COSTA, H. S; MONTE-MOR, R. L. **Teorias e Práticas urbanas: condições a sociedade urbana**. Belo Horizonte: c/Arte, 2015)

RUDOLF, A. **Arte e percepção visual**: uma psicologia da visão criadora. Tradução de Ivone Terezinha de Faria. 10ª ed. São Paulo: Pioneira: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SANTOS, E. P.S. **A Vontade de paisagem**: genealogia concepções de percepção espacial da teoria à prática artística e arquitetônica. Dissertação de mestrado em arquitetura, DARQ - FCTUC, 2006.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

REFLEXÃO CRÍTICA

Marcelle Borges Lemes da Silva

Mônica Máximo da Silva

O presente ensaio parte da insatisfação diante da aceitação do pensamento hegemônico sobre a questão urbana e da sua transformação em senso comum, sem maiores questionamentos por parte de urbanistas. Como resposta a essa inquietude, propõe-se aqui a *Reflexão Crítica* como um princípio a ser incorporado no próximo urbanismo.

Primeiramente, é necessário trazer algumas considerações a respeito da definição desse conceito e das influências teóricas que o embasaram. Conforme apurado em sua etimologia, a palavra *crítica* vem do grego *kritikos*, que significa “capacitado para fazer julgamentos”¹. Além do exposto, uma busca no dicionário esclarece que o termo *crítica* pode ser compreendido como a “análise, feita com maior ou menor profundidade, de qualquer produção intelectual”². De outra forma, é possível assimilar a palavra *crítica* através de outras a ela relacionadas, como julgamento, apreciação, avaliação, juízo e opinião³.

Já a palavra *reflexão* é derivada da palavra *reflexo*, que vem do Latim *re*, “outra vez, novamente”, mais *flexus*, “dobrado, fletido”⁴. Correlatas

1 “crítica” in *Origem da Palavra* - Site de etimologia.

2 “crítica” in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*.

3 “crítica” in *Dicionário de Sinônimos Online*.

4 “reflexo” in *Origem da Palavra* - Site de etimologia.

a ela, pode-se chegar às palavras pensamento, ponderação, raciocínio e observação⁵. De forma semelhante, os dicionários de língua portuguesa dão como significado de reflexão: i) ato ou efeito de refletir; ii) prudência; iii) meditação; e iv) argumento; objeção⁶.

A expressão *reflexão crítica* refere-se, portanto, ao ato de dobrar-se e, repetidamente, apreciar, avaliar e fazer julgamentos. Essa definição, entretanto, não é suficiente para traduzir o princípio proposto, sendo, por isso, enriquecida por meio de referenciais teóricos que permeiam essa temática. De acordo com o que se poderá observar, buscou-se inspiração particularmente nos ensinamentos de Kant (2001), Santos (2002) e Lefebvre (1999) para embasar o que seria essa reflexão crítica e como o urbanista poderia aplicar o princípio em seu ofício.

Semelhante aos questionamentos observados em Kant (2001), parte-se aqui do descontentamento em relação ao demasiado uso da razão – e às limitações inerentes a esta –, em detrimento daquilo que se pode conhecer através da experiência. Ainda concordante com o que prega o filósofo, tem-se como proposta para suplantar a razão pura uma maior proximidade com a prática e o desprendimento de conhecimentos previamente estabelecidos e que isentam o sujeito de desenvolver uma razão própria.

Posicionamento semelhante é sustentado por Santos (2002), quando trata da auto reflexividade, ou do desenvolvimento de uma autocrítica. Referente a esse ator, adota-se também a sua posição quanto à falência da teoria crítica moderna e à necessidade de rompimento com o paradigma dominante, praticado desde meados do século XIX.

Aprofundando a temática para especificidades do urbanismo, tem-se em Lefebvre (1999), e na sua crítica à ilusão urbanística, a principal

5 “reflexão” in *Dicionário de Sinônimos Online*.

6 “reflexão” in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*.

referência. A crítica lefebvriana recai sobre a ideologia urbanística e o seu distanciamento em relação à prática urbana. Assim como Santos (2002), Lefebvre (1999) aventura-se sobre considerações propositivas, lançando como ideia o desenvolvimento de uma estratégia, baseada na renúncia ao imperialismo e na crítica e autocrítica permanentes.

Enfim, repassadas as referências que embasaram seu desenvolvimento, propõe-se aqui a *Reflexão Crítica* como um princípio urbanístico. Refletir criticamente consiste em voltar-se a si mesmo para efetuar um julgamento. E, conforme os autores referenciados, o ato de julgar não deve ser realizado sem antes haver consciência das limitações impostas pela própria razão e o desprendimento a qualquer conhecimento previamente estabelecido – incluindo aí aquele praticado através do paradigma dominante.

Logo, refletir criticamente não consiste pura e simplesmente no conhecimento aprofundado do objeto investigado, mas também na ponderação sobre o próprio processo do seu entendimento. Arrisca-se, por isso, na busca pelo conhecimento em sua primeira faculdade, ou seja, no contato com a realidade. Diferentemente da perspectiva em que se extrapola a realidade social para a conclusão com uma razão pura, a *Reflexão Crítica* propõe a aproximação entre o conhecimento e a práxis urbana, na construção de um saber que reconheça as especificidades inerentes ao cotidiano.

Na sequência, este trabalho apresenta um aprofundamento de alguns aspectos expostos sobre o tema da *Reflexão Crítica*. E, para finalizar, serão apresentadas iniciativas que corroboraram com esse tema, com o objetivo de propor formas para sua efetivação.

Sobre a Reflexão Crítica

Mais de dois séculos se passaram desde que Immanuel Kant escreveu sua primeira crítica à razão, apontando as falhas do conhecimento

que exclui um contato prévio com o empírico (*a priori* Kantiano). Suas palavras, porém, continuam a fazer sentido para a crítica contemporânea. No campo urbanístico, diversos são os autores que questionam a aplicabilidade de planos com conteúdo demasiado tecnicista e distantes da realidade urbana periférica (VILLAÇA, 2012; MARICATO, 2003; FERREIRA, 2005).

A reflexão crítica proporciona a aproximação entre o conhecimento e a *práxis* urbana. Como um primeiro ensaio nessa direção, alguns ensinamentos revelam-se de especial consideração. A partir dos referenciais teóricos supracitados, serão lançados aqui oito argumentos que norteiam o princípio da Reflexão Crítica.

1. A coisa em si só pode ser pensada, mas nunca conhecida (KANT, 2001).

Para Kant (2001), o processo de conhecimento divide-se em **três faculdades**, iniciando pela **sensibilidade**, ou o contato com a realidade e apreensão das coisas através dos sentidos; passa pelo **entendimento**, faculdade de pensar o objeto da intuição sensível; para finalizar com a **razão**, quando ocorre a organização da experiência e sua extrapolação para além dos limites da realidade. Segundo o filósofo (2001), todas as faculdades estão sujeitas a desvios para o conhecimento da coisa em si. É, entretanto, na faculdade da razão que o conhecimento está sujeito a maiores desvios da realidade. Quando a razão se propõe a tratar de algo não alçado na experiência, ela extrapola os seus limites e expõe-se a uma grande possibilidade de postular ideias que não conseguem dar conta na realidade.

2. Apenas o fenômeno é cognoscível (KANT, 2001).

Mesmo na faculdade da sensibilidade, quando ocorre o contato entre o objeto e o sujeito, o conhecimento é adquirido a partir dos

estímulos recebidos pelo sujeito e da sua organização em forma espaciotemporal (KANT, 2001). Significa dizer que o objeto não é apreendido como a coisa em si, pois já sofreu a intervenção do sujeito, sendo denominado então, por Kant (2001), de “fenômeno”. Já na faculdade do entendimento, ocorre a etapa do conhecimento que irá trabalhar a matéria experimentada, enquadrando-a, associando-a, fazendo conexões e submetendo-a a conceitos, que podem ser “conceitos empíricos, que designam fenômenos ou conjuntos de fenômenos” e “conceitos puros ou categorias, que submetem os fenômenos a certas formas ou esquemas capazes de torná-los inteligíveis” (COELHO, 2012, *on-line*). A terceira faculdade, enfim, é a razão. A razão é o nível mais elevado do conhecimento, porém, também é a mais sujeita a erros. Consiste, pois, na tentativa de organizar a experiência, extrapolando, contudo, os limites impostos pela própria experiência.

A razão é, em Kant (2001), uma faculdade de valor ambíguo, pois, nas palavras de Coelho (2012, *online*):

(...) por um lado, organiza a experiência conhecida, formando um todo sistemático, estimula novas experiências que levam o conhecimento sempre adiante, mas, por outro lado, cria uma predisposição para alcançar o que está além dos limites de nosso conhecimento possível e sugere a existência de entidades que só existem em nossa mente.

A crítica de Kant (2001) reside exatamente sobre a razão que se aventura sobre o conhecimento, sob o total desprendimento em relação à experiência. Razão pura é, segundo o autor, a que contém os princípios para conhecer algo absolutamente “a priori”, e trata-se de uma atividade especulativa, puramente negativa, dado que “não servirá para alargar a nossa razão, mas tão somente para a clarificar, mantendo-a isenta de erros, o que já é grande conquista” (KANT, 2001, p. 79).

3. O indivíduo deve ter autonomia para desenvolver um conhecimento próprio (KANT, 2001; SANTOS, 2009).

Além das observações já delineadas anteriormente, Kant mostrava-se um defensor do exercício autônomo da razão, em defesa da construção individual de um conhecimento, a partir da experiência e em contraposição à razão previamente estabelecida, imposta pela sociedade e sob a qual o indivíduo está submetido. Posicionamento semelhante é sustentado por Santos (2009), que lança críticas ao conhecimento hegemônico, tanto filosófico como científico, produzido no Ocidente nos últimos duzentos anos – que o autor denomina de razão indolente.

Segundo Santos (2009), a consolidação do Estado liberal na Europa e na América do Norte constituíram o contexto sociopolítico para que a razão indolente pudesse desenvolver as revoluções industriais e o desenvolvimento capitalista; o colonialismo e o imperialismo. As exceções parciais, o romantismo e o marxismo, não foram nem suficientemente fortes nem diferentes para poderem ser uma alternativa à razão indolente. Por isso, a razão indolente criou o quadro para os grandes debates filosóficos e epistemológicos dos dois últimos séculos e, de fato, presidiu a eles.

4. É preciso romper com a razão hegemônica e com o senso comum que ela produz (SANTOS, 2002).

O autor complementa afirmando que a ciência, o direito, a educação, a informação, a religião e tradição são espelhos da sociedade contemporânea. Entretanto, as duas primeiras se tornaram estátuas, em vez de espelhos. A ciência que antes era a solução, torna-se o problema, que neutraliza o seu próprio potencial emancipatório e submete-se ao utopismo da tecnologia. O direito é submetido a um questionamento radical que envolve, sobretudo, autoconhecimento produzido pelos juristas, chamado “pensamento jurídico” e a “dogmática jurídica”,

capaz de estabelecer uma transição paradigmática, que se estende a um plano societal e civilizacional vasto. Essa transição é menos visível; ocorre entre o paradigma dominante - sociedade patriarcal, produção capitalista, consumismo individualista e mercadorizado, identidades-fortaleza, democracia autoritária, desenvolvimento global desigual e excludente - e um novo paradigma, ou conjunto de paradigmas de que apenas se vislumbram sinais. No Brasil, por exemplo, existem leis que foram construídas a partir de conceitos legais indeterminados, o que traz flexibilidade para a rigidez dos sistemas jurídicos. Isso simboliza o início da quebra do sistema fechado do positivismo jurídico.

5. A experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante (SANTOS, 2002).

Há uma riqueza social que vem sendo desperdiçada. É desse desperdício que se nutrem as ideias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim, e outras semelhantes. Para combater o desperdício da experiência, para tornar visíveis as iniciativas e os movimentos alternativos e para lhes dar credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social, tal como se conhece. No fim das contas, essa ciência é responsável por esconder ou desacreditar as alternativas. Para combater o processo de desperdício é necessário propor um modelo diferente de racionalidade.

Santos (2002) defende a tese de que o caráter político, jurídico e o perfil epistemológico das relações sociais não é fornecido por uma forma específica, nomeadamente a forma do espaço mundial (a ciência), mas sim pelas diversas constelações de conhecimentos que as pessoas e grupos produzem e utilizam. Estabelece como caminho para pensar o futuro a utopia, que seria a exploração através da imaginação, de novas possibilidades humanas e novas formas de vontade, em nome de algo

radicalmente melhor, pela qual vale a pena lutar e à qual a humanidade tem direito.

6. É preciso praticar a tradução, a fim de se construir um senso comum emancipatório (SANTOS, 2002).

A teoria crítica que é proposta por Santos (2002) é uma teoria da tradução, capaz de tornar as diferentes lutas inteligíveis; que ouve as opressões e aspirações de múltiplos atores e que se constrói com base num senso comum emancipatório (conhecimento emancipação), no reconhecimento, na solidariedade e na luta contra o consenso hegemônico. Esse trabalho de tradução passa tanto pelo campo do conhecimento, quanto da prática, de forma a incidir sobre os saberes aplicados, transformados em práticas e materialidades.

7. É necessário reconhecer as limitações do urbanismo e compreender a cidade como um produto social (LEFEBVRE, 1999).

O urbanismo deve englobar, em seu entendimento, a relação entre meios de produção e fenômenos urbanos, considerando não só os elementos por si, mas também todo o contexto referente. Nesse sentido, é necessário compreender que a produção do espaço urbano é múltipla, realizada por diversos atores com interesses diversificados, que atuam conforme esses seus interesses. O espaço urbano, dentro do contexto capitalista, ao mesmo tempo que detém os meios e relações de produção, é um produto; é também mercadoria.

Além disso, é preciso entender que o urbanismo não é estático, deve se adaptar à realidade, segundo as dinâmicas sociais, econômicas, fluxos, etc. À complexidade do urbano não cabe apenas ao urbanismo entender, estudar, explicar e interferir. Não é uma ciência única e especializada. O conhecimento do fenômeno urbano enquanto ciência só se constrói

a partir da formação de uma *práxis urbana* que possa suplantar a *práxis industrial* (LEFEBVRE, 1999). Ou seja, o urbanismo só vai ser efetivo e construído de fato, a partir do momento que se aproximar das práticas urbanas, da cotidianidade, do habitar.

8. O urbanismo não deve se prestar à reprodução da ideologia da classe dominante (SANTOS, 2002; RANDOLPH, 2014).

Como foi dito anteriormente, o urbanismo deve considerar a *práxis*, o espaço social em sua totalidade, superando sua representação simbólica dominante. Atualmente, o urbanismo serve apenas como instrumento de reprodução das ideologias das classes dominantes, reforçando a estrutura que fomenta a lógica da acumulação de capital nas mãos de uma minoria.

Partindo do princípio de que o urbanismo deve considerar a prática urbana cotidiana, é necessário que o planejamento seja capaz de fortalecer as práticas subversivas, que partem dessa *práxis urbana*, de forma a garantir que essas não se submetam à lógica do sistema dominante (RANDOLPH, 2014). Assim sendo, as lutas de movimentos sociais e organizações não governamentais contra a exclusão e discriminação são relevantes para se pensar o urbanismo que venha “de baixo”, dessa *práxis*, da complexidade de relações entre os atores e interesses que existem no espaço urbano.

Considerações finais

Refletir criticamente consiste, primeiramente, na atitude de refletir sobre o próprio processo de conhecimento, sendo necessário, para tanto, o desprendimento em relação a qualquer tipo de elemento pré-concebido. Trata-se, portanto, de uma postura contra hegemônica, de não aceitar como óbvias e evidentes as ideias, os valores, os comportamentos da

existência cotidiana – não sem antes investigá-los e compreendê-los em sua máxima proximidade.

Exemplo concreto nessa direção são as instituições de ensino que adotam o método pedagógico influenciado por Paulo Freire. Além da libertação em relação a caminhos previamente construídos, o método prega a assimilação do conhecimento através do contato com o objeto investigado e a autonomia do pensador no desenvolvimento do seu aprendizado.

Outra característica pertinente à Reflexão Crítica corresponde ao reconhecimento dos limites da razão. Para tanto, o princípio da reflexão crítica aponta como necessário que o Próximo Urbanismo negue o posicionamento tecnocrata e generalista e volte-se para o cotidiano, através da aproximação com a realidade. Nesse sentido, cabe destacar os programas de ensino que se propõem a estabelecer o contato direto entre o técnico (o universitário, o acadêmico) com a população menos favorecida, contrapondo-se ao posicionamento hegemônico de tratamento da realidade através de diretrizes genéricas e de pouca aplicabilidade. Essa abordagem tem como prerrogativa o desenvolvimento do trabalho com uma comunidade a partir de sua história, suas demandas e sua representação da cidade e não a partir de variáveis estatísticas, das ideologias dominantes e nem da noção técnica e instrumental do urbanismo.

Cabe citar também os programas de extensão universitária, em sua ação próxima à comunidade e no retorno a esta do conhecimento adquirido e das pesquisas desenvolvidas pelo meio acadêmico. Essa prática propõe-se a extrapolar o campo do conhecimento teórico, aproximando-se da *práxis* urbana e interferindo na formação do urbanista, conscientizando os alunos de sua responsabilidade social.

Um outro limite abordado pela Reflexão Crítica diz respeito à atuação do urbanista. Nesse sentido, faz-se necessário o reconhecimento da cidade como um produto social, sendo o profissional urbanista apenas

mais um dos atores que sobre ela interfere. Exemplos que ilustram esse reconhecimento são comumente verificados em intervenções urbanas onde há atuação direta da comunidade, desde a concepção até a execução do projeto. É preciso que o urbanista compreenda os limites da sua atuação e potencialize os momentos de troca com os demais atores, para que seja possível a somatória de forças. É preciso também que o urbanista compreenda a sua limitação. O outro, a comunidade, tem conhecimento adquirido pela prática, suficiente para compreender e atuar sobre o seu próprio espaço. O urbanista deve compreender e respeitar as diferentes representações da cidade, sem tomar uma delas como predominante e regulatória.

Reconhece-se aqui que, apesar da relevância dos exemplos anteriormente mencionados, sua abrangência ainda é muito restrita. Após séculos de submissão ao paradigma dominante, defende-se que somente a Reflexão Crítica pode levar à conformação de um senso comum emancipatório, manifestando-se em todos os campos onde o urbanismo se faz presente, de forma a aproximar o conhecimento da *práxis*.

REFERÊNCIAS

COELHO, A. Crítica da Razão Pura: Breve Resumo. **BLOG Filósofo Grego**: Filosofia contemporânea, especialmente Filosofia do Direito, Filosofia Moral e Filosofia Política. Domingo, 16 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://aquitemfilosofiasim.blogspot.com.br/2012/09/critica-da-razao-pura-breve-resumo.html>>. Acesso em 14 jun. 2016.

FERREIRA, J. S. W. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização, 2005, Bauru. **Anais...** Bauru, FAU Unesp Bauru / SESC Bauru, 2005.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução de: Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Tradução de: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. In: **Estudos avançados**, v. 17, n. 48, maio/agosto, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200013>. Acesso em 03 jul. 2016.

RANDOLPH, R. Subversão e Planejamento como “práxis” - uma reflexão sobre uma aparente impossibilidade. In: In: LIMONAD, E; CASTRO, E. R. (Orgs.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

..... Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de ciências sociais**, Coimbra, 63, 237-280, out. 2002.

VILLAÇA, F. Dilemas do Plano Diretor. In: **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

Dicionário de Sinônimos Online. Porto, PT: 7 graus, 2011 - 2016. Disponível em: <<http://www.sinonimos.com.br/>>. Acesso em 11 jul. 2016.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Lisboa, PT: Priberam Informática S. A., 2008. Disponível em <<https://www.priberam.pt/DLPO/reflex%C3%A3o>>. Acesso em 11 jul. 2016.

Origem da Palavra - Site de etimologia. Disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/site/?s=cr%C3%ADtica>>. Acesso em 11 jul. 2016.

URBANISMO FEMINISTA

Karen Ferreira

Gleyton Robson Da Silva

O papel da mulher, ao longo da formação social brasileira é marcado pela submissão e segregação. Em seu clássico texto *Sobrados e Mucambos*, Freyre retrata o papel da mulher no Brasil Colonial, em uma sociedade marcada pelo patrimonialismo. As mulheres não só não trabalhavam como também ficavam trancafiadas em casa, distantes da rua e distantes do espaço público, pois este era considerado profano, e apenas os homens tinham permissão para frequentar. À mulher cabia o papel de sedentária e caseira, incumbindo-se dos cuidados da casa e dos filhos, sem exposição pública.

Ao se pensar a sociedade atual e no papel desempenhado pela mulher, é possível perceber o quão presente se faz esse passado patriarcal. “Goiás possui 71 cidades que não elegeram mulheres para a câmara”¹; “Polícia fecha bar no CE que anunciou mulher como ‘prêmio’ de bingo”². Na veiculação de notícias como estas, é possível perceber o quanto ainda é falho, arcaico e diminuído o reconhecimento do papel da mulher na sociedade.

1 Reportagem extraída do portal de notícias do G1 referente ao mês de outubro de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/eleicoes/2016/noticia/2016/10/goias-possui-71-cidades-que-nao-elegeram-mulheres-para-camara.html>

2 Reportagem extraída do portal de notícias do G1 referente ao mês de julho de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/07/policia-fecha-bar-no-ceara-por-anunciar-bingo-de-uma-mulher.html>

Neste contexto de desigualdade aparece também, de maneira expressiva, a violência sofrida nos espaços urbanos. “*Mulher é morta a tiros em rua de Goiânia*”³. No estado do Paraná: “*Mulher é esfaqueada enquanto andava na rua*”⁴ Em Porto Alegre, no parque Farroupilha: “*Universitária faz desabafo sobre estupro à luz do dia na Redenção*”⁵.

As diversas estatísticas sobre a violência contra a mulher no século XXI associadas a uma análise sobre seu comportamento no espaço urbano vão ao encontro das propostas urbanísticas apresentadas no Brasil, especialmente a partir do processo de redemocratização nacional e da Constituição de 1988. Os indicadores revelam um descompasso entre o discurso integrador e democrático dos documentos oficiais e a realidade enfrentada pelas mulheres nas cidades brasileiras, independentemente do tamanho destas e sua posição na hierarquia urbana nacional.

Em um país que vem apresentando a cada década a consolidação do processo de urbanização, chegando em 2010 a uma taxa de urbanização de 84,36% (IBGE, 2010), a integração da mulher à sociedade passa pela efetivação do seu direito à cidade. As necessidades e dificuldades das mulheres deveriam ser consideradas no momento da elaboração e revisão de planos diretores, bem como da utilização dos demais instrumentos que fazem parte do cotidiano de trabalho de urbanistas, geógrafos e demais profissionais que atuam sobre o espaço urbano.

A primeira parte deste texto dedica-se à compreensão da imagem que se tem das mulheres na sociedade brasileira, num esforço de se relacionar

3 Reportagem extraída do jornal Mais Goiás referente ao mês de Outubro de 2014. Disponível em: <http://www.emaisgoias.com.br/mulher-e-morta-a-tiros-em-rua-de-goiania>

4 Reportagem extraída do jornal Massa News do Paraná referente ao mês de Novembro de 2016. Disponível em: <http://pontodanoticia.com/ver-noticia.php?uid=22912>

5 Reportagem extraída do jornal Zero Hora de Porto Alegre referente ao mês de março de 2015. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2015/03/universitaria-faz-desabafo-sobre-estupro-a-luz-do-dia-na-redencao-4721340.html>

esta imagem ao espaço em que elas estão inseridas. Posteriormente, a atenção volta-se para as ações governamentais (patrocinadas pelo Estado) e não-governamentais (movimentos sociais e ONGs) que tem de certa forma garantido, mesmo que de maneira insuficiente e inicial, alguns direitos da mulher na sociedade ocidental, bem como discutido outras questões de gênero. Por fim, instiga-se a efetivar propostas que garantam a possibilidade de participação das mulheres no espaço urbano.

Espaço Urbano Feminista

As cidades são o reflexo das diversas maneiras de organização e expressão de uma sociedade. Na atualidade, este reflexo vem se descortinando através do aumento da criminalidade, da violência, da sensação de insegurança e da intolerância no espaço urbano. Na veiculação constante de notícias que chocam o país, é possível perceber a necessidade de intervenções públicas sociais e governamentais, que sanem o problema, e que a médio e longo prazo transformem os espaços da cidade em lugares humanos e igualitários, sem distinções de gênero, idade, etnia, cultura, religião e classe social.

Ao se falar do espaço urbano, torna-se imprescindível tratar das questões de gênero, não somente por ser uma questão central de desigualdade social, mas especialmente, porque em diversos trabalhos técnicos e acadêmicos esta dimensão aparece subestimada ou simplesmente não é tratada. (PONTES, 2016)

Segundo as palavras de Scott (1989), a distinção de gênero é elemento base da constituição das relações sociais: "Homens e mulheres vivem e experimentam a cidade dependendo de seus vários interesses, desejos e necessidades. O espaço é socialmente construído, pelo tanto que está generalizado" (Ramon et al., 2014, p. 26). Posto isso, é correto afirmar que a mulher possui seu papel, frente ao espaço público, diferente daquele desempenhado pelo homem. Sob este ponto de vista, Silva

(2015) afirma que a mulher sempre possuiu um papel privado frente à sociedade ocidental.

Isso se evidencia, por exemplo, pela tendência jurisprudencial em determinar a guarda unilateral dos filhos e filhas às mães quando da dissolução da união estável ou fim do casamento, por incorporar a ideia de que é responsabilidade materna a socialização da prole. (SILVA, 2015, p.35)

A autora evidencia que num pacto social amplamente incorporado pelo mundo ocidental, o papel da mulher se caracteriza pela responsabilidade em cuidar do ambiente privado, em questões como ordem da casa, educação dos filhos, provisão das necessidades do marido, etc. Este fato historicamente propagado pode ser aclarado nos apontamentos de Zeisel (2006), que defende que o ambiente afeta de maneira direta os sentidos das pessoas num determinado espaço, moldando assim seu comportamento. Desta forma, compreender as potencialidades e limites que o meio oferece é primordial para compreender o comportamento em sociedade e, portanto, o comportamento dos diferentes gêneros.

A respeito da ideia de que o ambiente molda o comportamento, Silva (2007), baseada na visão de Bondi (1992), também defende que o ambiente construído reflete os estereótipos dos lugares femininos e masculinos e que predomina a ótica masculina na produção do espaço urbano. Argumenta que o planejamento urbano funcionalista e racionalista, que dominou durante muito tempo o modo de concepção das cidades, aprisiona as mulheres, ao separar os setores comerciais, industriais e residenciais, reforçando a divisão do trabalho entre os sexos. Sendo assim, afirma que a funcionalidade da paisagem urbana de certa forma reflete a dominância do poder masculino no gerenciamento deste espaço urbano (SILVA, 2007). A autora cita ainda Domosh (1996), que retrata a relação entre gênero e ideologia estética nas construções,

demonstrando que o controle moral, papel determinado às mulheres na sociedade patriarcal, é repassado para a arquitetura.

[...] os espaços de constrangimento, como a rua em determinados locais e horários, ou espaços de confinamento, como as residências em periferias distantes, são claramente elementos que tanto se referem às diferenças de acesso físico entre mulheres e homens a determinados espaços, como a construção de barreiras invisíveis criadas pelo olhar e força daqueles que impõem sua ordem e alcançam legitimidade. (SILVA, 2007, p. 120)

No contexto da segregação da mulher, Rego e Pinzani (2013) apontam que no caso da sociedade brasileira, as mulheres são habitualmente instruídas para servirem aos homens e também a desejar servi-los, reforçando a ideia de que o lugar da mulher é no ambiente privado, fazendo com que esta não se sinta parte integrante da vida pública, segmento ocupado pela população masculina.

Ao não participarem da vida pública, as mulheres não contribuem para a política, admitindo-se assim, que o referencial do Direito é masculino. Quando o Direito adota indagações relativas às mulheres, não leva em conta as demandas gerais, relacionadas às necessidades humanas e, assim, questões relacionadas à mulher são concebidas como exceções e dão origem a legislações próprias, atreladas aos papéis sociais de gênero (FACIO, 1999). Complementando este apontamento, Silva exprime que “O Direito incorpora a perspectiva da mulher não enquanto sujeito autêntico, mas enquanto o Outro” (SILVA, 2015, p.38). Neste sentido, sobre a falta de autonomia da mulher, vale a afirmativa de Rego e Pinzani: “A ausência desse mínimo grau de autonomia atuando nos níveis mais profundos de sua subjetividade impede que os indivíduos adquiram condições para se converterem em sujeitos de direitos” (REGO e PINZANI, 2013, p. 55)

No Brasil, de forma pontual, a partir da pressão dos movimentos feministas, o Direito reconhece a existência da desigualdade entre homens e mulheres e, através de medidas punitivas como a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) e a Lei do Feminicídio (Lei 13.104/15), busca minorar os casos de agressões e intolerância às mulheres. Nesse âmbito, Silva (2015) aponta uma complexificação da contradição existente em torno do papel da mulher na sociedade, visto que o mesmo discurso jurídico que aponta uma igualdade entre os cidadãos, reconhece que as relações sociais pautadas pelo patriarcado levam mulheres a serem assassinadas, simplesmente por serem mulheres.

As mulheres constituem a maioria da população brasileira e são também o grupo com maior longevidade. Além de passarem a ter menos filhos, ocupam cada vez mais espaço no mercado de trabalho; segundo Silva (2007), o número dos domicílios chefiados por mulheres tem aumentado nos últimos anos. De fato, o relatório apresentado no Congresso Nacional pela Comissão Especial do Ano da Mulher, em 2004, afirma que em 1992, 19,3% dos domicílios brasileiros eram chefiados por mulheres; em 2002 esse percentual passou para 32,1% nas áreas urbanas e em 2015 elas eram responsáveis pelo sustento de 37,3% das famílias. Dados da última PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) do IBGE revelaram que em 2013 no Brasil, viviam 103,5 milhões de mulheres, ou seja, 51,4% da população.

Sobre a importância da mulher na economia nacional, Moraes e Ávila (2016) apontam:

[...] de acordo com o IBGE, mulheres compõem mais de 40% da força de trabalho no Brasil e possuem nível de escolaridade muitas vezes superior ao dos indivíduos do sexo masculino. Isso significa que elas se deslocam pela cidade tanto quanto os homens. No entanto, suas necessidades são muitas vezes desprezadas, a circulação acontece de maneira restrita e assim, a apropriação

da cidade e a vivência do espaço público pelas mulheres são fragilizadas. (MORAIS e ÁVILA, 2016, p.1)

Baseado neste apontamento é possível concluir que, além do poder público historicamente desconhecer e (ou) ignorar as necessidades da mulher, há também uma falta de atenção para com as mudanças na estrutura econômica do país, onde, nas últimas três décadas, as mulheres passaram a ter significativa participação, não acompanhada de melhorias que possibilitassem sua permanência e deslocamento pela cidade. Desta forma, às mulheres é reservado o papel de turista, em cidades construídas para os homens e urbanizadas de acordo com o deslocamento deles pelas ruas, calçadas, praças etc. Tal situação evidencia um descompasso entre o que é pensado pelo planejamento urbano e o que é de fato necessário para os usuários da cidade; sendo que no Brasil há, proporcionalmente, mais usuários mulheres do que homens.

Constitui-se, portanto, um desafio tornar as cidades amigáveis para as mulheres. Isso envolve a compreensão da sua rotina e da sua relação com o espaço urbano. Perceber as distinções de gênero na arquitetura e no urbanismo demanda certa sensibilidade às sutilezas que permeiam o direito de ir e vir das mulheres. Algumas ações públicas e privadas, realizadas por grupos feministas, ONGs e também pelo poder público, tem buscado minorar os casos de violência, intolerância e segregação social em todo o mundo. A ActionAid⁶ realiza um importante trabalho de conscientização nesse sentido.

6 A ActionAid é um movimento global de pessoas que trabalham juntas para promover os direitos humanos e superar a pobreza. Trabalham em parceria com as comunidades e organizações locais para garantir o acesso das pessoas em situação de pobreza aos direitos de alimentação, educação, infraestrutura urbana, participação cidadã e igualdade entre homens e mulheres. Disponível em: <http://www.actionaid.org.br/>

Esta ONG acompanha um movimento internacional de replanejamento urbano sob a perspectiva de gênero, ou *gender mainstreaming*. Trata-se de uma estratégia globalmente aceita para a equidade entre os sexos, corroborada pela Organização das Nações Unidas. A cidade de Viena, capital da Áustria, é uma das pioneiras a considerar o fator de gênero em suas políticas públicas. Em 1991, a planejadora urbana Eva Kalil e um grupo de colegas lançaram uma exposição fotográfica chamada “Quem Domina o Espaço Público – A Rotina das Mulheres na Cidade”, que mostrava o dia a dia de um grupo de mulheres vienenses pelas ruas da capital. Mais de quatro mil pessoas conferiram a exposição e o evento chamou atenção da mídia e das autoridades, que deram abertura para a criação de projetos urbanísticos que considerassem o viés do gênero. O primeiro projeto criado foi um complexo de apartamentos com o nome *Frauen-Werk-Stadt* ou Mulher-Trabalho-Cidade. Para este projeto, foi realizada uma pesquisa que revelou que as mulheres dedicavam mais tempo para a casa e para as crianças que os homens. Por isso, o conjunto residencial proposto contava com diversos serviços, como farmácia, creche, consultório médico e transporte público. (BELLO, 2014)

A prefeitura de Viena realizou, em 1999, outra pesquisa com os habitantes da cidade para descobrir com que frequência e porque eles utilizavam o transporte coletivo. Os resultados apontaram que os homens utilizavam carro ou transporte público duas vezes ao dia – uma para ir e outra para voltar do trabalho. Já as mulheres apontaram um padrão mais variado de circulação pela cidade, incluindo em suas rotinas levar os filhos ao médico, buscá-los na escola, fazer compras e ir ao salão de beleza, por exemplo. Elas utilizavam mais o transporte público e andavam mais a pé do que os homens. Então, os planejadores urbanos decidiram criar um plano que melhorasse a mobilidade dos pedestres e o acesso ao transporte público, além de tornar a circulação à noite mais segura, facilitando a movimentação. As calçadas foram alargadas e as escadas da

cidade ganharam rampas que permitem a passagem de carrinhos de bebê, andadores e cadeiras de roda. (BELLO, 2014)

O exemplo da capital austríaca, assim como a cidade de Seul, na Coreia do Sul, conhecida como a cidade mais amigável para as mulheres; Berlim, cujos planejadores urbanos há mais de dez anos desenvolvem pesquisas para o envolvimento da população em mudanças que respeitam as diferenças entre gêneros; e Camberra, na Austrália, que também realizou um estudo sobre o uso do transporte público pelas mulheres (BELLO, 2014), indicam uma forte vertente de mudanças no planejamento urbano em prol do gênero feminino.

No caso do Brasil, a ActionAid lançou a Campanha “Cidades Seguras para as Mulheres”⁷, cujo objetivo é conseguir o comprometimento de gestores públicos com a melhoria da oferta dos serviços nas cidades, tornando-as mais seguras para as mulheres. Com o intuito de fortalecer o diálogo com o governo e discutir questões relacionadas ao programa, a ONG entregou às secretarias municipais e estaduais, prefeituras e governos estaduais uma carta política que aborda todos os pontos da campanha. Agregado a esta iniciativa, foram organizados *lanternações*, uma ação que chama atenção da comunidade para locais públicos com falhas na iluminação e pressiona o poder público a tomar providências. Também foram organizados abaixo-assinados junto a movimentos sociais, e oficinas participativas, para a construção coletiva de um entendimento sobre cidades seguras para as mulheres.

Outros bons exemplos de iniciativas feministas são em grande parte veiculadas nas redes sociais, tal como a comunidade denominada “Se essa

7 Cidades seguras para as mulheres é uma campanha da ActionAid para o Brasil. Trata da educação, moradia, policiamento, transporte e iluminação, visando a melhoria desses serviços e a segurança das mulheres no meio urbano. Disponível em: <http://www.cidadesseguras.org.br/>

rua fosse nossa”⁸, criada em uma rede social, que se caracteriza por ser um local para debater a cidade, o lugar e o espaço. As organizadoras coletam relatos, experiências e vivências e as compartilham, gerando discussões que têm o objetivo de conhecer, mapear, compreender, questionar e melhorar a relação da mulher com o espaço urbano. O engajamento e apoio do público – inclusive masculino – às iniciativas colaborativas comprovam a importância do tema.

Ainda nas redes sociais, o movimento denominado “Vamos juntas?”⁹ chamou a atenção da população com o slogan: “Na próxima vez em que estiver numa situação de risco, observe: do seu lado pode estar outra mulher passando pela mesma insegurança. Que tal irem juntas?”. A intenção é instigar uma mulher a se aproximar de outra para percorrermos caminhos em comum e se sentirem mais seguras. O movimento fez com que amigas, colegas de trabalho e mulheres da mesma família combinassem com antecedência trajetos em comum, para que pudessem percorrê-los juntas.

Além dos grupos e movimentos, é possível encontrar nas redes sociais, vídeos e documentários que retratam o cotidiano de mulheres nos espaços das cidades. Um vídeo publicado em 2014 no site *Youtube* mostra o resultado da gravação feita pela atriz Shoshana B. Roberts¹⁰ que registrou uma caminhada de dez horas pelas ruas de Manhattan, em Nova York. Ao todo, foram mais de 100 assédios verbais, em 10 horas.

8 Se essa rua fosse nossa é uma comunidade da rede social *Facebook* onde mulheres discutem e reivindicam seu lugar na cidade. Disponível em: <https://www.facebook.com/seessaruafoffenossa/>

9 Movimento Vamos Juntas? Disponível em: <http://www.movimentovamosjuntas.com.br/>

10 Biografia e vídeo 10 Hours of Walking in NYC as a Woman. Disponível em: <http://shoshanabroberts.wixsite.com/shoshanabroberts/videos>

No Brasil, a jornalista Sávía Barreto¹¹, inspirada no caso de Manhattan, gravou sua caminhada de 2 horas na cidade de Teresina, Piauí, onde registrou aproximadamente 15 assédios verbais. Seguindo este mesmo padrão, na cidade do México, quatro meninas também gravaram seu percurso e os inúmeros assédios recebidos diariamente por mulheres. Assim que publicaram o vídeo, as meninas sofreram retaliação e ainda recebem ameaças frequentes.

Adotada pelo governo, a medida paliativa e ineficiente a longo prazo, da criação de vagões exclusivos para mulheres, nas principais cidades brasileiras como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Brasília gerou grande polêmica e críticas. Arraes (2014) aponta que o vagão feminino promove a segregação social, pois a capacidade empática é diminuída, tornando-se assim, cada vez mais difícil enxergar as mulheres como indivíduos similares aos homens, o que resulta em prejuízos nas esferas sociais e profissionais. Ainda segundo a autora, essa medida naturaliza a violência e a culpabilização da vítima.

O vagão exclusivo se torna quase uma obrigatoriedade, não porque há uma lei que force as mulheres a usarem somente o vagão cor-de-rosa, mas porque culturalmente se estabelece um raciocínio maniqueísta e misógino, compreendendo que a mulher que deseja se proteger não entrará em vagões mistos. Afinal, se ela não se importou em estar entre homens é porque não se importaria também em ser assediada – pensam os machistas. Por isso, o vagão exclusivo naturaliza a violência, fazendo com que o problema aparente ser menos grave e falsamente simples de ser evitado. A realidade, no entanto, é de que as mulheres passam a receber uma carga ainda maior de responsabilidade pelos abusos sofridos por elas mesmas. (ARRAES, 2014, p.)

11 Biografia disponível em: <http://blogs.oolho.com.br/saviabarreto/>. Vídeo disponível em: <https://youtu.be/b1XGPvbWn0A>

Outra questão levantada pela autora diz respeito à marginalização implícita às pessoas *Trans*, “[...] se a travesti entrar no vagão feminino para fugir da hostilização do vagão misto, poderá ser expulsa e constrangida. Por outro lado, assim como outras pessoas do gênero feminino, entrar no vagão misto implicará na naturalização da violência que venha a sofrer”. (ARRAES, 2014, p.)

Embora essa medida apresente uma alternativa de segurança paliativa contra o assédio sexual e a violência nos metrô das grandes cidades brasileiras, na visão de Arraes, o vagão feminino não efetiva mudanças positivas em nossa cultura machista, pois não desafia os valores distorcidos e misóginos vigentes na sociedade – pelo contrário, os reforça e os naturaliza.

Academicamente, a exploração das relações de gênero e espaço no Brasil reúne um número reduzido de pesquisadores com produção sistemática na área. Segundo Ramon (2014), destaca-se a trajetória desenvolvida por Rosa Ester Rossini que enfoca a exploração da força de trabalho feminina, tanto nas atividades rurais como urbanas. Ramon cita ainda alguns trabalhos desenvolvidos sobre a questão de Gênero, como o de Tonini (2002), voltado para a educação geográfica e gênero. Cita também Garcia (2004), que dedicou sua tese de doutorado para a análise de gênero na luta pela terra. Segundo Ramon, mesmo com algumas conquistas, a abordagem de gênero no meio acadêmico ainda é limitada, reforçando assim, a necessidade do tratamento do tema.

A exposição e conscientização do problema – abordado academicamente e também por meio de abaixo-assinados, cartas políticas, manifestações físicas e (ou) digitais, eventos e campanhas de conscientização, faz com que a sociedade e governo sintam-se estimulados, e por vezes pressionados, a questionar-se sobre qual é o seu papel e sua parcela de responsabilidade no cenário atual. Surge assim, uma nova pauta a ser discutida e integrada às propostas para o futuro

das cidades. São medidas que, junto às ações da comunidade feminina, buscam identificar as dificuldades e necessidades vividas pela mulher no seu cotidiano dentro da cidade, visando a elaboração e execução de políticas que incentivem um planejamento orientado para as mulheres, e transformem os espaços da cidade em lugares humanos e igualitários.

Efetivação das Propostas

A partir do contexto abordado, fica evidente o desafio de tornar as cidades mais amigáveis para as mulheres. Isso envolve a compreensão da sua rotina e da sua relação com o espaço urbano: “a urbanização e a qualidade urbana dependem de elementos de cotidianidade, e os usos e percepções do espaço público estão associados às relações de gênero, idade e etnia” (RAMON et al., 2014, p.2)

Esse entendimento reflete, em boa parte, as conquistas que transformaram a realidade das mulheres nos últimos anos. Dentre elas, a conquista de espaço no mundo do trabalho e a busca por salários igualitários. Essas conquistas, entretanto, agora, não foram suficientes para reparar séculos de exclusão social feminina. Ainda há um desequilíbrio considerável; a rotina da mulher, trabalhando fora ou não, é essencialmente distinta do homem – e isso afeta diretamente a relação delas com a cidade.

A proposta de uma cidade que se preocupe com as necessidades das mulheres, o que significa a existência de um urbanismo feminista, baseia-se na ideia de que ao atender os anseios e necessidades desta parcela da sociedade, historicamente ignorada pelas políticas públicas, serão atendidas também, outras parcelas segregadas da população. Portanto, se uma cidade se mostra segura e aberta à participação do público feminino, há maior probabilidade de que ela seja segura e agradável para todas as outras parcelas da população.

Assim, na busca pela construção de cidades com espaços socialmente ativos e seguros, Jacobs em seu clássico texto de 1961, alertava para a necessidade de espaços ricos em movimentação de pessoas, com usos diversificados e o que ela denominou “olhos da rua”. Através de janelas e sacadas, seria possível estabelecer uma conexão visual entre os moradores dos andares superiores ao térreo, com os passantes das calçadas. Segundo a autora, desta forma, seria possível estabelecer espaços dotados de maior vida e, portanto, maior segurança.

Sob este ponto de vista, se faz necessário planejar espaços com rica vida urbana, através da implantação de usos diversos que atendam às necessidades de todo tipo de usuário, sejam eles crianças, mulheres, homens, jovens ou idosos, tornando-se assim espaços atrativos a todo público, providos de movimentação constante de pessoas e, portanto, mais seguros e convidativos.

Estudo como o realizado na cidade de Viena, apontam que mulheres fazem mais viagens, em períodos mais curtos do que os homens, seja utilizando o transporte público, o individual ou a pé. Sendo assim, uma mobilidade flexível, com bilhetes de ônibus que permitam mais de uma viagem, por exemplo, facilitaria a vida de todos os usuários, e em especial, o grupo feminino. A mobilidade ativa também deve ser considerada, pois as mulheres representam menos de 10% do total de ciclistas das cidades (MORAIS e ÁVILA, 2016). A existência de ciclovias confortáveis e seguras poderia aumentar a presença feminina nesses corredores de transporte, facilitando seus deslocamentos e possibilitando maior flexibilidade.

Nos espaços públicos como ruas, calçadas, praças e parques, a instalação e a frequente manutenção dos mobiliários urbanos – bancos, lixeiras e principalmente Iluminação pública, seria um estímulo ao seu uso por todos os cidadãos, inclusive as mulheres. Da mesma forma, seria a criação de áreas públicas de lazer que levem em consideração as

necessidades de toda a população de forma igualitária, sem distinção de gênero ou idade, conformando espaços que instiguem a interação. (MORAIS e ÁVILA, 2016).

Entre medidas brandas e extremistas, sabe-se que, conforme mencionado, somente a partir da exposição e da conscientização do problema, é que a sociedade e poder público passam a fazer parte do processo, tornando-se também, responsáveis por ele. Sendo assim, é vital que as manifestações físicas, digitais e por escrito, assim como os eventos e as campanhas de conscientização, continuem presentes na sociedade, sempre com a participação feminina. É este espírito que faz surgir o urbanismo feminista e que o insere na discussão do planejamento do futuro.

Visando a efetividade da aplicação dessas medidas, parece essencial e urgente a criação de políticas públicas igualitárias, que promovam o bem-estar de todos e mantenham preservada a integridade da mulher. Nesse processo, é indispensável a participação ativa da mulher. Sua presença na política, nas governanças locais, associações de moradores, ONGs e entre os tomadores de decisão é fundamental para que sua voz seja ouvida e suas necessidades representadas. O lugar das mulheres nas cidades, assim como de todas as pessoas, deve ser aquele que elas desejarem estar, como e na hora que quiserem. E a responsabilidade para que isso ocorra é de todos. (MORAIS e ÁVILA, 2016)

Considerações finais

Este estudo se propôs a discutir como as mulheres, grupo que costuma estar à margem das preocupações daqueles que constroem as políticas públicas urbanas, são de fato tratadas na sociedade.

Embora seja crescente a importância da mulher na atualidade, o lugar destinado a ela continua sendo marginal no espaço urbano. Ao mesmo tempo em que a cidade precisa delas enquanto mães, jovens e trabalhadoras, restringe a estas mesmas mulheres a possibilidade de

terem liberdade, segurança e lazer no espaço público (PONTES, 20016)

É fato que a violência urbana vem sendo habitual, vitimizando cidadãos de diferentes gêneros, idades, etnias, culturas, religiões e classes sociais. Porém, a violência urbana se retrata de forma mais veemente e agressiva ao gênero feminino. Nas falas de moradoras da comunidade de Rio Bonito / Curitiba, entrevistadas por Stefania Pontes, a insegurança é um dos fatores determinantes para elas permanecerem encerradas em suas casas; não consideram a possibilidade de ir à rua, em frente à própria moradia, por receio do que pode acontecer, o que, conseqüentemente, reduz drasticamente sua interação social (PONTES, 2016). Este é apenas um exemplo, dentro dos aqui retratados, que evidencia o quão segregado é o gênero feminino. Por medo, e por falta de políticas públicas adequadas, este é um grupo que ainda se mantém sem pleno direito ao espaço público e, portanto, sem o pleno direito à cidade.

Em seu estudo, Pontes coloca que esse modo de viver, segregadas da sociedade, não se constitui em amarras impossíveis de serem desfeitas, uma vez que historicamente a sociedade se modifica a partir de ações dos indivíduos e grupos sociais. Sendo assim, faz-se necessário pensar propostas que, a médio e longo prazo, transformem-se em soluções, capazes de tornar os espaços da cidade mais humanos e igualitários.

REFERÊNCIAS

ARRAES, J. **Questão de Gênero**. Revista Forum, 2014. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/questaoodegenero/2014/07/11/entenda-por-que-o-vagao-feminino-nao-e-solucao/> Acesso em: 16 de julho de 2016

BELLO, L. **A man's world: queremos cidades para mulheres**. 2014. Disponível em: <http://thinkolga.com/2014/09/22/cidades-seguras-para-mulheres/> Acesso em: 05 de junho de 2016

FACIO, A. Hacia outra teoria critica Del Derecho. In. HERRERA, G.; FACIO, A. **Las fisuras Del patriarcado: reflexiones sobre feminismo y derecho**. FLACSO, 1999. p. 15-58.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Global, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional de amostra por domicílios 2013**. Rio de Janeiro, 2013.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MORAIS, Mariana; AVILA, Bruno. **Mulheres no espaço urbano: Como fazer cidades melhores para elas?** 2016. Disponível em: <http://www.courb.org/pt/mulheres-no-espaco-urbano-como-fazer-cidades-melhores-para-elas/> Acesso em: 12 de junho de 2016

PONTES, S.P. **Por onde elas andam? Um estudo sobre a mobilidade de mães moradoras do Rio Bonito**. Curitiba, UFPR, 2016.

RAMON, Maria Dolors Garcia; GUITART, Anna Ortiz; FERRET, Maria Prats. **Espacios públicos, género y diversidad: Geografías para unas ciudades inclusivas**. Barcelona: Icaria, 2014. Disponível em: <http://revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/8367>/Resenha Acesso em: 05 de junho de 2016

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do bolsa família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, v. 16, n. 2, p. 19, 1989.

SILVA, J. M. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, v. 22, n.44, p.117-134, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/12612/11775> Acesso em 16 de Junho de 2016

SILVA, K. A. C. **Mulheres e o direito à moradia: uma análise a partir do programa Minha Casa, Minha Vida**. 85 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

ZEISEL, J. **Inquiry by Design. Environmental/Behavior/Neuroscience in Architecture, Interiors, Landscape, and Planning**. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 2006.

UTOPIA

Ana Claudia Stangarlin Fróes
Adriana Igreja

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano

*Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!*

Mário Quintana

A utopia é um sistema ou plano que parece irrealizável; é uma fantasia, uma ilusão, um devaneio, um sonho. A utopia é o meio do caminho entre o que se é e o que se quer ser. É uma busca do bem e da perfeição: impávida, plácida, mas, pode-se dizer, morta.

O conceito de utopia foi compreendido de diferentes maneiras no decorrer da história. Originalmente, a palavra provém do conceito grego *ou-topos*, que designa um “não-lugar” ou “lugar que não existe”. O escritor inglês Thomas Morus (1478-1535) contribuiu para a difusão do termo, ao usá-lo para intitular sua obra. A *Utopia* discorre acerca de um território

imaginário, onde o sistema social e político é considerado perfeito, com a abolição da propriedade privada e da intolerância religiosa, estando a sociedade centrada nos valores da justiça e felicidade humana. Assim, o termo utopia passou a ser utilizado por muitos outros pensadores para descrever “mundos ideais” (ANDRIOLLI, 2006).

Ao longo do século XIX a ideia de utopia surge como uma crítica à sociedade industrial, mostrando os efeitos negativos causados por ela. Florescem uma série de tentativas para solucionar esses problemas: revisão das leis trabalhistas; leis sanitárias e novos modelos urbanísticos são formulados. Foi neste contexto que surgiram propostas como o Falanstério de Charles Fourier; o Familistério de Jean Baptista Godin; a Vila Operária de Robert Owen; a Cidade Jardim de Ebenezer Howard; a Cidade Industrial de Tony Garnier. De maneira geral, tais propostas eram pautadas em teorias socialistas, com abolição da propriedade privada, apontando soluções espaciais alternativas à realidade urbana da época (BENEVOLO, 2001; CRISTINA, 2011).

Para Carpintéro (1993), o mais instigante é que a fundamentação destas propostas filosóficas parte de uma representação espacial. O esforço de convencimento e o caráter pedagógico dos projetos, agregados ao plano visual, conduziam os leitores a sonhar com as cidades por eles narradas. Esses utopistas não apenas reagiram contra a sociedade de sua época, mas criaram imagens de uma nova sociedade, onde se buscava a harmonia entre os homens e o meio.

Embora as várias utopias urbanas desenvolvidas ao longo da história tenham permanecido uma virtualidade, ou se pervertido, as ideias e suas tentativas de realização não devem ser vistas como equívocos. Tais modelos utópicos surgiram em busca de melhorias nas condições de vida, questionando paradigmas e ideologias dominantes. Longe de desanimarmos com a impossibilidade ou dificuldade de realização dos modelos utópicos, devemos mantê-

los como princípios norteadores de nossas ações e esperanças, sem fraquejar, sem abandonar o objetivo. Um mundo sem utopias, seria um mundo entediado, desanimado, morto (CRISTINA, 2011)¹.

Se, por um lado, a ideologia dominante informa que as utopias representam uma fuga ao real, uma negação do mundo e dos seus conflitos, por se inscreverem em sociedades idealizadas, pautadas por um invencível equilíbrio, por outro, é exatamente esta utopia que apresenta a possibilidade de pensar para além da “ordem das coisas”. Ou seja, criar formas de superação da ordem vigente, rompendo paradigmas estabelecidos. É esta segunda visão da utopia que este texto pretende resgatar.

Parte-se do pressuposto de que se uma pessoa ou sociedade já não sonha e não se orienta por utopias, escolheu o caminho de sua decadência e de seu desaparecimento. Deste modo, a utopia desempenha função insubstituível, pois relativiza as realizações históricas concretas e mantém o processo sempre aberto a novas incorporações. Numa palavra, a utopia ressignifica o homem (BOFF, 2014).

Nesse processo de ressignificação, a utopia assume várias formas: é tal qual uma criatura diáfana, se constituindo em força geradora. Pode-se dizer que é, então, movimento. Movimento representado por reações rápidas e respostas ponderadas, histórias e análises. Talvez a impressão mais valiosa trazida por esta questão é a incrível diversidade de origens e destinos que ela proporciona.

Considerando esse contexto, a pergunta que orienta a discussão aqui proposta é: *Se a cidade se constrói a partir do cotidiano e das relações nela estabelecidas, uma utopia urbana requer uma sociedade utópica?*

¹ Disponível em: <<http://portalarquitetonico.com.br/cidade-e-utopia-novos-modelos-sociais-e-espaciais/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

Na busca de caminhos para uma resposta, o texto irá abordar brevemente aspectos teóricos, que esclareçam os conceitos de utopia e utopia urbana, para, na sequência, discutir a utopia como uma potência de transformação. Em seguida será demonstrado como a utopia urbana pode ser entendida como o direito de se pensar uma nova cidade e como tal pensamento direciona as considerações a respeito do tema.

A Utopia como potência de metamorfose

Andriolli (2006) afirma que a caracterização de utopia como ilusão, fuga ao real, e de utópicos como sujeitos distantes da realidade, sonhadores e alucinados, reforça uma tendência da ideologia dominante na sociedade de naturalizar a realidade existente como a única possível e deslegitimar processos sociais com potencial de transformação.

Distanciar a utopia da realidade é uma forma de negar o potencial revolucionário do pensamento utópico, que tem a capacidade de romper uma lógica dada pelo senso comum em busca de uma quebra da continuidade histórica, para trabalhar no campo de uma possível realidade, mesmo que distante. Assim como o revolucionário, o utópico busca romper as relações dominantes que massacram possibilidades de realizar mudanças e sonhos.

Para Bloch (2005) o fundamento de toda ação humana é o sonho de uma vida melhor. Somente os desejos são capazes de entrar na efervescência utópica do ser humano de ser mais, experimentar mais, criar mais, poder mais, superar-se.

Spinoza, em seu trabalho publicado em 1677, intitulado *Ética*, afirma que todos estão conscientes de seus desejos, uma potência que constitui sua própria essência, que se afirma de dentro, mas diante da qual todos são ignorantes quanto às causas. Não se age por vontade, mas por desejo. Ele é a causa eficiente, a causa interna que faz com que

cada um permaneça em si mesmo e, mais, que busque sempre crescer e se tornar mais potente (TRINDADE, 2014).

Para Guattari e Rolnik (1996), o desejo surge no íntimo dos seres como algo meio nebuloso, meio desorganizado, espécie de força bruta que precisaria ser reconfigurada pelas malhas do simbólico e da castração, em vias de se adequar às normas ou modelos aceitos e/ou impostos pela moral e ideologia socialmente dominantes. Pode-se enumerar uma infinidade de tipos de modelização que se propõem, cada um em seu campo, a disciplinar o desejo.

Quando se coloca o problema do desejo enquanto formação coletiva, evidencia-se logo que o desejo não é forçosamente um negócio secreto ou vergonhoso, como geralmente a psicologia e moral dominantes pretendem. O desejo permeia o campo social, tanto em práticas imediatas quanto em projetos muito ambiciosos. Podemos entender o desejo como todas as formas de viver, de vontades de criar, de vontades de amar, de vontades de inventar uma outra sociedade, outra percepção do mundo, outros sistemas de valores. Para a modelização dominante essa concepção do desejo é utópica e anárquica. Para esse modo de pensamento dominante, tudo bem reconhecer que “a vida é muito difícil, que há uma série de contradições e de dificuldades”, mas seu axioma de base é que o desejo, ou a utopia, só poderia estar radicalmente cortado da realidade e que haveria sempre uma escolha inevitável, entre um princípio de desejo, de um lado, e de outro, um princípio de realidade, de eficiência no real (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p.216).

Bloch (2005) afirma que desejar é pensar modos de tornar realidade tais aspirações. Por sua vez, pensar é uma forma de transpor as barreiras que se colocam à realização dos desejos, e essa transposição não leva ao imaginado abstratamente, mas ao transpor concreto. Assim, o autor

defende que o viver o “aqui e agora”, aceitando os axiomas da realidade e negando os desejos, baseando-se numa suposta impossibilidade destes se tornarem reais, não tem nada de utópico.

Os sonhos de uma vida melhor fazem parte do gigantesco campo da consciência utópica. O sonho diurno encontra-se na dimensão utópica e o interesse revolucionário é o reconhecimento de quanto o mundo poderia ser bom, ou a construção de outro mundo possível (ARAÚJO, 2009, p. 10).

Pode-se dizer, assim, que o que é desejado utopicamente guia todos os movimentos libertários. O pensamento utópico é, pois, entendido como o grande motor das Revoluções (ARAÚJO, 2009).

Aqui cabe lembrar de uma reflexão feita por Raoul Vaneigem (1974), autor de “*The Revolution of Everyday Life*”, que afirma que falar de uma revolução sem se referir à vida cotidiana, sem compreender aquilo que há de subversivo no amor, é buscar uma solução infrutífera para o problema em questão. Pode-se avançar com esta mesma linha de pensamento: falar de uma revolução, de uma mudança de pensamento e de paradigmas, sem se referir à vida cotidiana, sem compreender aquilo que há de subversivo nos desejos e sonhos, nas utopias, sejam elas individuais e/ou coletivas, e de positivo na recusa do constrangimento com relação a estas questões, é inútil.

É preciso entender o que há de subversivo no cotidiano, de forte nas atividades que realizadas diariamente e nos laços que elas permitem criar. Estas questões estão mais presentes nas utopias que quaisquer outras.

É preciso recusar os constrangimentos, enganar aqueles que nos forcem a não sermos nós mesmos. Não se pode falar de revolução sem falar de microrrevolução. A vida cotidiana é o fim e o meio para a liberdade. Tal como a liberdade é o fim e o meio para

alcançarmos as nossas utopias. É preciso revolucionar o cotidiano e cotidianizar a revolução (TRINDADE, 2014)².

A utopia tem um papel significativo neste contexto: é ela que possibilita pensar a realidade social sob outro ponto de vista que não seja apenas a perspectiva objetiva, no sentido econômico ou político. A utopia é também elemento constituinte de uma construção histórica e subjetiva de uma dada realidade, caracterizando-se como uma forma de representação social significativa, principalmente no atual contexto histórico (ARAÚJO, 2009).

A questão consiste, então, em saber se não há uma outra maneira de ver e praticar as coisas, se não há meios de fabricar outras realidades, outros referenciais, que não tenham essa posição castradora em relação ao desejo; que faz com que o desejo só possa se insinuar, se infiltrar secretamente, seja sempre vivido na clandestinidade, na impotência e na repressão.

‘Utopizar’ para abrir caminho para um novo urbanismo

Conforme visto, é a utopia que permite ao indivíduo questionar e contrapor-se à ideologia dominante e aos paradigmas estabelecidos; aceitar seus desejos, arriscar-se e dar o seu melhor ao mundo.

Podemos perceber hoje, tanto nas diversas sociedades nacionais como na sociedade mundial a disposição para um projeto utópico no sentido de um reencantamento que envolve perspectivas políticas, econômicas, sociais, culturais da mais alta complexidade. Talvez esse pensar denso, profundo e reflexivo jamais tenha deixado de existir ou estivesse em algum momento ausente ao longo do percurso histórico do ser humano (ARAÚJO, 2009, p. 21).

² Disponível em: <<https://razaoinadequada.com/2014/11/10/vida-cotidiana/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

O urbanismo tem passado por uma crise paradigmática desde os anos 60/70, após o rompimento com a corrente de pensamento modernista. De lá para cá, assiste-se a uma série de debates e discursos com o objetivo de dar conta de um devir da cidade, que se torna cada vez mais incerto e inquietante. Mesmo com esta profusão de opiniões, o urbanismo ainda conserva algumas de suas bases tradicionais de pensamento, sendo considerado por muitos como de domínio técnico, sem uma maior atenção para as questões sociais, históricas e culturais que permeiam o espaço urbano, sendo pautado por aplicações práticas e despolitizadas.

Devido à complexidade das cidades, a prática do urbanismo, aqui materializada na figura do planejamento urbano, na tentativa de antecipar uma realidade e seus possíveis problemas e impactos, segmenta as mais diversas dimensões da vida e do espaço, a fim de propor soluções que possibilitem uma cidade mais eficiente.

Tais soluções são postas em prática a partir da definição de objetivos e diretrizes, pautados na capacidade de diversos instrumentos de gestão. Tais instrumentos são importantes para a construção de uma sociedade urbana mais justa e representam, de certa forma, uma utopia, já que todo planejamento opera por meio de um cenário futuro, ainda não real, e depende de decisões políticas e da prática das instituições responsáveis pela sua aplicação. Entretanto, estes instrumentos possuem limitações como promotores da Utopia urbana, libertadora e revolucionária, como entendido neste trabalho, pois são pautados pela resignação a uma ideologia dominante.

Para Erminia Maricato (2000), o urbanismo brasileiro não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Ou seja, o urbanismo acaba por se configurar muito mais como instrumento de dominação e de idealização de uma cidade moldada pelos interesses de agentes hegemônicos. Tais

agentes exercem sua influência nos mais diversos campos relacionados à produção do urbano, através da busca pela modernização da cidade, da aplicação de zoneamento funcional das atividades e de uma normatização do espaço urbano.

Diversos são os Planos Diretores pós Estatuto da Cidade³ que incluem no seu conteúdo princípios e normas que visam garantir que os cidadãos usufruam da cidade e de seus direitos, buscando que esta seja justa e acessível a todos. No entanto, muito pouco tem se alcançado neste sentido; na prática, o que se tem visto é a reprodução da cidade para poucos.

Pode-se dizer, então, que o urbanismo está longe de conjugar suas práticas à equidade socioespacial. Talvez porque tudo o que se tem feito seja apenas mais do mesmo. As recentes discussões acerca do desenvolvimento e produção urbana mostram como a cidade não está sendo imaginada para todos e, muito menos, por todos.

Ao defender a utopia como princípio norteador para um novo urbanismo, está se afirmando, então, a necessidade de reorientação conceitual e epistemológica, com subversão da ideologia dominante e seus axiomas, e propondo-se um novo começo, com renovação e criação de valores. Ou seja, uma outra maneira de entender e praticar o urbanismo.

Tal qual Randolph (2007)⁴, acredita-se ser possível e interessante uma abordagem que questione o modelo vigente de urbanismo, exatamente por se constatar que surgiram na contemporaneidade diferentes conceitos que procuram “subverter entendimentos e pressupostos consolidados e relacionados com o tema escolhido: o Planejamento Urbano”.

O urbanismo revolucionário aqui proposto trata, então, de pensar numa antropologia urbana não hegemônica, que viabilize o

3 Lei federal 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade.

4 Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/430.htm>>. Acesso em: 5 set. 2016.

desenvolvimento de uma prática urbanística mais humana. Tal prática deve suscitar a valorização do sonho, do desejo, do ideal, visando criar novos parâmetros que ultrapassem a segmentação de demandas e a focalização de ações, onde ganhem relevância os elementos que permitam a perspectiva da totalidade da questão social. Um urbanismo que considera, além das necessidades sociais, as relações entre os sujeitos e seu cotidiano, envolvendo não somente os aspectos objetivos da realidade vivida, mas, igualmente, sua dimensão subjetiva, que aparece de forma concreta, também, nas manifestações de sofrimento, desejos, expectativas e diferenças sociais e culturais.

Tal prática revolucionária não pode partir das classes dominantes e tampouco do Estado, já que, no contexto capitalista contemporâneo ele é, também, submisso a elas; deve partir das práticas cotidianas. Neste sentido, é preciso uma transformação no processo de planejamento, para que a totalidade da sociedade possa participar efetivamente da construção da cidade, indo além do que já está posto e propondo novas possibilidades, que expressem a vivência dos diferentes grupos sociais presentes na cidade. Afinal, concordando com Lefebvre (1999[1970]), a cidade se constrói a partir do cotidiano, e não a partir de planos.

Randolph (2014), ao refletir sobre o planejamento e a subversão, indica que não é preciso romper completamente o que está posto para dar espaço a uma nova realidade. A subversão apresenta a possibilidade de mudar um sistema utilizando-se do próprio sistema. A inversão desta perspectiva dá ferramentas para se pensar uma Utopia urbana a partir da atual sociedade, a qual apresenta o seu potencial de mudança quando faz sua voz e demandas serem ouvidas, quando se revolta e se mobiliza. A mobilização é parte integrante da mudança, não basta a contestação, é preciso articular ações em prol de conquistas.

Construindo um paralelo ao pensamento de Randolph (2014) sobre planejamento e subversão, pode-se pensar que a utopia urbana se

realiza no processo de subversão da sociedade urbana em relação aos sistemas que a dominam, criando espaços de criatividade e reprodução da vida cotidiana, afinal, como afirma Randolph (2014, p. 46), “a revolução agora não parece se dirigir ao sistema ou contra ele (...) ela teria como origem e objeto a vida cotidiana de todos”. Assim, a Utopia urbana reside na própria sociedade, a qual é capaz de se reinventar e criar espaço para seus sonhos e desejos, trazendo-os para o campo do real e do possível.

Este urbanismo transformador, mais do que aceitar tal cotidiano, o enfrenta, sem se resignar ou se conformar, rompendo com a lógica dominante, em busca de uma quebra da continuidade histórica para trabalhar no campo de uma sociedade e realidades possíveis.

Nesse sentido, o urbanismo de Utopia é um urbanismo de expectativa, no qual o presente é marcado pela expectativa de que algo previamente projetado aconteça. Por isso, o urbanismo de Utopia é carregado de esperança.

Esperança não é segurança. Ou seja, quem tem esperança tem, ao mesmo tempo, medo de que o desejável não ocorra. Como dizia Spinoza, não há esperança sem medo nem medo sem esperança. Mas lá onde há o medo como afeto político, há sempre paralisia, tentativa de imunização contra a contingência e acontecimentos imprevisíveis (Safatle, 2015)⁵.

Assim, o grande desafio do urbanismo de Utopia é, necessariamente, se abrir às contingências e ao desamparo que sua ocorrência produz, sem grandes preocupações ou tentativas de delas se defender. Isso significa se desligar das tentativas de projeções e abraçar o cenário da incerteza, visando superar-se constantemente. O urbanismo

5 Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/865/depois-das-utopias-6583.html>>. Acesso em: 10 set. 2016

de Utopia subverte assim a antiga ordem (diagnóstico - identificação de necessidades - elaboração de cenários - planejamento - implementação - gestão), substituindo esta linearidade por abordagens que servem ao mesmo tempo para elaborar e testar hipóteses; por realizações parciais que reinformam o projeto, através da integração dos *feedbacks*, e tornam possíveis abordagens mais cuidadosas e mais duráveis (ASCHER, 2010).

Tal urbanismo não deve, portanto, ser pautado pela dicotomia de uma utopia idealizada e pela impossibilidade de haver utopias, mas sim tomar como ponto de partida a concepção de que uma utopia, tal qual uma ideia, é parte da realidade histórica, e a identificação das contradições em seu movimento é o que permite conhecê-la a ponto de transformá-la.

Considerações finais

Ao voltar à questão inicial deste texto - *se a cidade se constrói a partir do cotidiano e das relações nela estabelecidas, uma utopia urbana requer uma sociedade utópica?* - percebe-se que talvez não se tenha uma resposta concreta, propositiva, mas a linha de pensamento aqui exposta permite caminhar em direção a um entendimento de como o pensamento utópico pode atuar na sociedade urbana.

Ao perceber a utopia como um reflexo do desejo, seja ele individual ou coletivo, pode-se entender o pensamento utópico como um pensamento revolucionário, que motiva e impulsiona. Pois há no desejo um potencial de transformação, de transpor a realidade em busca do que se almeja, mesmo que para isso seja necessário mudar pensamentos e paradigmas. Nessa potencialidade reside a revolução, a mesma que permitiu a transformação da sociedade no decorrer dos tempos, alcançando-se posições antes inimagináveis, ou talvez imagináveis para aqueles que se permitiram utópicos.

Para se falar em mudanças de paradigma é também preciso entender que tais mudanças se referem à vida cotidiana; para muito além dos planos e projetos, elas se realizam no modo de pensar e agir de uma sociedade. A sociedade urbana se constrói e reconstrói por meio da vida cotidiana; é ela quem cria laços e relações entre pessoas e espaços; é agente da transformação dos conteúdos e das formas da cidade.

Entender o que há de revolucionário no cotidiano é necessário para desenvolver a Utopia urbana. A Utopia urbana requer uma sociedade utópica; aquela que realiza um salto no tempo e antecipa a situação desejável. Entretanto, a questão orientadora aqui apresentada direciona para reflexões sobre a potencialidade da sociedade atual promover transformações a partir da construção coletiva, em microescalas. De fato, o pensamento utópico está presente no cotidiano da sociedade, em qualquer tempo, e se expressa pelos desejos e pelos sonhos que operam microrrevoluções. Ou seja, não é preciso uma outra sociedade para realizar uma Utopia urbana, uma vez que a utopia está presente na ação de quem age liderado pelas suas melhores qualidades e habilidades, confiante nos laços afetivos que o tornam um sujeito social, motivado por seus sonhos comuns. Isto é o que propicia a ação constante de pensar o futuro e planejar ações para materializar novos desafios.

A Utopia urbana está presente nas pequenas e grandes ações que subvertem a lógica dominante e permitem visualizar novas possibilidades, as quais se concretizam na vivência cotidiana. Uma Utopia urbana requer o espaço e a relação adequados para expressão das melhores e mais profundas aspirações que todos possuem, para além do que está posto e consolidado. A Utopia urbana reside no direito de se pensar e se construir uma nova sociedade urbana.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLLI, A. I. Utopia e Realidade. **Revista Espaço Acadêmico**, 2006, n° 56. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/056/56andrioli.htm>> Acesso em 10 jun 2016.

ARAÚJO, R. B. A utopia como representação social da realidade. **Revista OPSIS**, 2009, vol. 9, n° 12, jan-jun, p. 9-22. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/9434#.V3U0F_krIdU> Acesso em 30 jun. 2016

ASCHER, F. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BENEVOLO, L. **História da Cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1ª ed, 2001, 728p.

BOFF, L. **A política entre a utopia e a realidade**. In: leonardoBOFF.com. 28 set. 2014. Disponível em <<https://leonardoboff.wordpress.com/2014/09/28/a-politica-entre-a-utopia-e-a-realidade/>> Acesso em 30 jun. 2016

BLOCH, E. **O Princípio Esperança (Vol. 1)**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005.

CARPINTÉRO, M. V. T. Utopia urbanística e urbanismo utópico. In: BLAJ, I; MONTEIRO, J. M. **Histórias e Utopias: Anais do XVII Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 1993. Disponível em <<http://anais.anpuh.org/?p=14024>> Acesso em 05 jun 2016

CRISTINA, S. Cidade e Utopia. **Portal Arquitetônico**. 18 fev. 2011. Disponível em <<http://portalarquitetonico.com.br/cidade-e-utopia-novos-modelos-sociais-e-espaciais/>> Acesso em 06 jun. 2016

GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Editora Vozes, 4ª ed., 1996, 327 p.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999[1970].

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In.: ARANTES, O. et alii. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000.

RANDOLPH, R. **Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”: reflexões sobre limitações e potencialidades de planos diretores no Brasil**. Anais do IX Colóquio Internacional de Geocrítica, Porto Alegre, 2007. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/rainer.htm>> Acesso em 05 jun 2016.

_____. Subversão e planejamento como “práxis ” - uma reflexão sobre uma aparente impossibilidade. In: LIMONAD, E; CASTRO, E. R. (Orgs.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SAFATLE, V. Depois das utopias. **Carta Capital**, 03 set. 2015. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/revista/865/depois-das-utopias-6583.html>> Acesso em 05 jun. 2016.

SPINOZA, B. **Ética**. São Paulo: Autêntica, 2007.

TRINDADE, R. Vida cotidiana. **Razão Inadequada**. 10 nov. 2014. Disponível em <<https://razaoinadequada.com/2014/11/10/vida-cotidiana/>> Acesso em 10 jun. 2016.

VANEIGEM, R. **The revolution of everyday life**. 1967. Disponível em: <<https://theanarchistlibrary.org/library/raoul-vaneigem-the-revolution-of-everyday-life.pdf>> Acesso em 15 jun. 2016.

OS AUTORES

Adriana Igreja

Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, especialista em Turismo Rural e Desenvolvimento Territorial pelo Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus - SC e mestranda em Geografia na UFPR. Atua como turismóloga desde 2008 no setor público nas áreas de turismo rural, desenvolvimento territorial e agroecologia. Atualmente é docente no Instituto Federal Catarinense - IFC, Campus São Francisco do Sul, no curso Técnico em Guia de Turismo.

Ana Cláudia Stangarlin Fróes

Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2013) e especialista em Direito à Cidade e Gestão Urbana pela Universidade Positivo (2015). Atualmente é mestranda no Programa Pós-Graduação em Planejamento Urbano da UFPR (2016-2017), pesquisadora integrante do Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba e do Grupo de Avaliação da Implementação de Planos Diretores e Instrumentos de Política Urbana no Paraná, ambos vinculados à UFPR, e voluntária no setor de Diagnóstico da ONG TETO. Desde 2013 atua como arquiteta urbanista na iniciativa privada, com ênfase em Projetos de Drenagem, Parques Urbanos, Infraestrutura Viária e Planos Urbano Ambientais.

Edival Vilar

Arquiteto e urbanista formado pela Universidade Federal do Paraná, pós-graduado em MBA Executivo em Gerenciamento de

Projetos (FGV) e em Planejamento, Gestão de Transportes e Meio Ambiente (INPG), e mestrando em Planejamento Urbano pela UFPR. Trabalha desde 2004 no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), onde atuou nas áreas de sistema viário, mobilidade, pedestrianização, e acessibilidade em espaços públicos.

Fernando Domingues Caetano

Arquiteto e urbanista formado pela Universidade de São Paulo - USP (2006), Especialista em Gerenciamento de Obras pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR (2014) e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2017). Atua desde 2008 como Analista de Desenvolvimento Municipal no Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.

Gleyton Robson Da Silva

Geógrafo formado pela Universidade Federal do Paraná e mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal, tendo como área de pesquisa a Geografia Urbana. Durante a graduação dedicou-se a compreensão dos impactos da Copa do Mundo na metrópole de Curitiba e no mestrado passou a estudar comparativamente o fenômeno dos condomínios fechados na metrópole de Curitiba (Brasil) e San Miguel de Tucumán (Argentina). Atua com ensino de Geografia para o 9º ano do ensino fundamental, ensino médio e preparatório para Vestibulares e ENEM.

Júlia Helena Gesser

Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Regional de Blumenau - FURB (2014). Especialista em Poéticas Visuais pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná - EMBAP (2017). Mestranda no curso de Planejamento Urbano pela Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Atualmente, integra o grupo de pesquisa “Observatório do Espaço Público” - UFPR.

Karen Ferreira

Arquiteta e urbanista pela Universidade Positivo (2013). Especialista em Arquitetura, Execução e Gerenciamento de obras de pequeno porte pela Universidade Positivo (2015). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atua como arquiteta com ênfase na elaboração e execução de projetos arquitetônicos. Pesquisadora na área de Paisagem e Ambiência Urbana.

Karime Fayad

Arquiteta e urbanista pela PUC-PR (2013), especialista em Direito à Cidade e Gestão Urbana, na Universidade Positivo (2015) e mestranda em Planejamento Urbano na Universidade Federal do Paraná, com previsão de conclusão em 2018. Concluiu duas pesquisas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica na PUC-PR; estudou um semestre de graduação na École Nationale Supérieure d'Architecture de Nantes, França (2011) onde cursou as disciplinas de Desenho Urbano, História da Habitação Social, Sociologia Urbana e Habitação Social. Atualmente é Diretora do Departamento de Infraestrutura Escolar, da Secretaria de Educação de Pinhais.

Kelly Vasco

Assistente Social formada pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba em 1996, pós-graduada em Política Social e Serviço Social pela Universidade de Brasília em 2001. Atuou como técnica da Companhia de Habitação Popular de Curitiba nos assentamentos informais de Curitiba de 1997 a 2005 e na mesma instituição como

Gerente da Área Social da Companhia de habitação Popular de Curitiba de 2005 a 2013. Foi vice-Presidente do Conselho Regional e Serviço Social do Paraná 11ª Região entre 2006 a 2007 e Membro da Comissão de Direito a Cidade desse Conselho de 2001 a 2012. Atualmente é servidora pública do quadro de assistentes sociais da Companhia de Habitação Popular de Curitiba à disposição, desde 2014 à Fundação de Ação Social onde atua como Coordenadora de Promoção para o Mundo do Trabalho.

Lorraine Vaccari

Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal do Paraná em 2000, pós-graduada em Gestão Técnica do Meio Urbano (GTU Internacional) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná em 2002 e em Gerenciamento Municipal de Recursos Hídricos pela Universidade Federal do Paraná em 2006. Atua profissionalmente na área de planejamento urbano e regional desde 2001. Participou como bolsista da pesquisa Dinâmica Urbana do Estado do Paraná IPEA/ IPARDES junto ao Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais do IPARDES. Atuou como Diretora de Planejamento Territorial e Urbano da Secretaria de Urbanismo da Prefeitura de São José dos Pinhais em 2011 e 2012. Atualmente é servidora pública do quadro de Arquitetos Urbanistas do Governo do Estado do Paraná na Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano da UFPR.

Marcelle Borges Lemes

Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal do Paraná (2013), especialista em Direito à Cidade e Gestão Urbana pela Universidade Positivo (2016) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano da Universidade Federal do

Paraná. Atualmente é Diretora de Sede da ONG TETO no Paraná, sendo responsável pela implementação do modelo de trabalho na região, feito de maneira conjunta com moradores de favelas precárias e invisíveis para a superação da situação de pobreza em que vivem.

Mônica Máximo

Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal do Paraná (2010), especialista em Projeto e Paisagem Urbana pela mesma instituição (2012). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Atualmente é Arquiteta e Urbanista do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), atuando diretamente no monitoramento e avaliação de políticas urbanas. Fez parte do grupo técnico de revisão do Plano Diretor de Curitiba em 2014, tendo como principal atribuição ministrar oficinas de capacitação e diagnóstico para setores da sociedade civil.

Nádia Cibele Besciak

Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal do Paraná (2011), especialista em Direito à Cidade e Gestão Urbana pela Universidade Positivo e Instituto Ambiens (2014). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Paraná. De 2011 a 2015 foi servidora pública na Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais (PR), exercendo a função de arquiteta e urbanista no Departamento de Planejamento Territorial e Urbano da Secretaria Municipal de Urbanismo e fazendo parte da equipe de revisão do Plano Diretor de São José dos Pinhais. De 2015 a 2016 foi servidora pública do município de Ponta Grossa (PR), integrando a equipe do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa (IPLAN), como Coordenadora de Pesquisa e Estratégia. No mesmo

período foi docente no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Ponta Grossa, ministrando disciplinas de Planejamento Urbano, Desenho Urbano e Paisagismo. Atualmente é servidora pública na Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais (PR), exercendo a função de Diretora Geral de Urbanismo. Possui especial interesse nos temas relacionados ao planejamento urbano e à gestão urbana, à mobilidade urbana e ao acesso à moradia.

Nisiane Madalozzo

Arquiteta urbanista formada pela Universidade Federal do Paraná, mestre em Gestão do Território e doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Foi coordenadora de projetos do IPLAN – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa – PR. Atuou como docente nas instituições de ensino superior Faculdades Ponta Grossa e Universidade do Norte do Paraná. Atua como docente no Departamento de Engenharia Civil da UEPG, onde participa das linhas de pesquisa “Geografia e História: Memória Social e Patrimônio Cultural” e “Planejamento e Gestão Urbana nos Campos Gerais”. É sócia proprietária da Madalozzo & Werneck Arquitetura Ltda, onde atua nas áreas de arquitetura, paisagismo, design e planejamento urbano.

